



# Anais da Assembléia

N.º 46

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE MAIO DE 1977.

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 66ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 1977 QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, João Fadel, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 117/76, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o rio Andrada, ligando o Distrito de Alto Alegre à sede do Município de Capitão Leônidas Marques. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 5, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 18/77.

Levanta-se a sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 67.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 1977 QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Valter Pietrângelo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ernesto Gnoato, Ivo Thomazoni, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Sampaio, João Fadel, Luiz Alberto Oliveira, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, a ata quando trata da discussão de projeto de lei em pauta ontem, diz em determinado momento que teria me pronunciado a favor da aprovação do projeto. Pediria a V. Exa. que determinasse a retificação, não foi esse o procedimento que adotei na sessão de ontem com relação a este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Respondendo a questão de ordem, esta Presidência vai anotar e determinará a retificação.

Em discussão a ata.— **Aprovada.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Valter Pietrângelo, Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições, requer, com a aprovação do Plenário, que a Mesa determine inserir na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento de ARLINDO MARONGONI.—

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1977

(a) Valter Pietrângelo.

### JUSTIFICATIVA:

No dia 30 próximo passado, a comunidade de Paissandu, despediu-se, profundamente entristecida, de ARLINDO MARONGONI.

Paissandu acaba de sepultar um de seus grandes pioneiros, um dos que mais incentivaram e participaram do processo de seu desenvolvimento. Arlindo, aportara em Paissandú, desde os idos de 1948.

Abriu picadas, derrubou matas e muito plantou, muito colheu.

É justo que esta Assembléia assinala o tributo de seu reconhecimento por aquele que de si, deu muito pelo crescimento do Paraná: Deixa viúva a senhora IDALINA CAMPANHOLLI, e seis filhos.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

1.— É da essência do Regime Democrático, — e nunca de qualquer outro, — o axioma de que “o Poder emana do Povo e em nome dele é exercido”.

Outros regimes, — contrafação da Democracia, — se põem a falar em nome do Povo. Não têm, deste, porém, o mandato livre e soberano; faltam-lhes o conselho e a Representação.

Não ouviram, nem consultaram, o Povo, principal interessado. Não o sentiram em seus anseios e em suas aspirações.

A Democracia, — antes de tudo, uma crença na natureza humana e um código de comportamento, interpretativo, em pensamento e em ação, daquela crença, — inexiste quando determinada em termos divisíveis.

Devem-se entender as idéias e as ambições de um Povo globalmente, como um todo, inda que seja dificultada a tarefa ante a grandiosidade da densidade demográfica do País.

Ao identificar os componentes da Democracia, disse LAUN:

“É o Estado cuja Constituição positiva não repousa sobre direitos suprapositivos, impostos dogmaticamente, que possuíssem pessoas ou grupo de pessoas às quais se atribuisse a competência de soberania ou uma parte dessa competência”.

Ainda:

“O Estado não democrático, o Estado de dominação ou Estado de privilégios, seja monarquia absoluta ou limitada, uma aristocracia, um Estado bolchevista ou fascista, ou seja qual for a sua forma, é, pois, caracterizado por direitos suprapositivos”.

Em consequência, “por força de um artigo de fé, uns têm direito de reinar, ou de participar da dominação, e outros ficam reduzidos ao só papel de obediência”.

Ora, “a Democracia é o oposto de todos esses regimes”.

As liberdades públicas, inscritas nas Constituições modernas, são as mais importante conquista da Civilização Jurídica, e constituem o verdadeiro apanágio do mundo livre, das sociedades cristãs e democráticas.

RODOLFO LAUN sintetiza esses ideais nos POSTULADOS ÉTICOS:

I.— Dentre os regimes, o Democrático é o que menos sacrifica os indivíduos, em número e em grau de violência, a interesses, fins e juízos de valores de outros indivíduos. Perfilha a concepção de que o Estado deve servir aos indivíduos como Nação, e não a de que os indivíduos servem o Estado como seus instrumentos submissos.

II.— A Democracia exalta a dignidade moral do indivíduo, e condena, com energia, as ameaças de violência e o recurso à violência contra os indivíduos.

III.— Na Democracia, nenhum indivíduo é um meio para fins estranhos, mas é um fim em si.

IV.— A Democracia, é intolerante para com a Intolerância, por que esta oprime e sufoca quem divirja do pensamento e da ação das classes dominantes.

V.— A luta pelo Poder é uma decorrência do Regime Democrático, motivo por que, deve ser amplo e absolutamente livre o debate das idéias.

Afirma AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO:

“A Democracia não é um regime ideal, que funcione fora do tempo. É, entre todos, o melhor processo de ajustamento de interesses sociais e de forças em confronto. Não é exato que os governos ditatoriais promovam, com mais eficácia, o desenvolvimento social e econômico e a distribuição da “Justiça social”. Os exemplos que temos indicam, muitas vezes, o contrário.

Mais adiante:

“O que caracteriza a Democracia são, primeiro, as fontes

do Poder; segundo, a temporariedade do Poder; terceiro, respeito aos Direitos Humanos”.

Por ser a Democracia, na opinião do historiador William MacNeill, “mais flexível que os outros sistemas”, ela oferece condições ótimas para o Liberalismo Político e para o Liberalismo Econômico, instrumento do desenvolvimento e do bem-estar das Nações.

Sabemos quão malsinada, nos últimos tempos, a palavra Liberalismo, — esquecidos, os seus detratores, que a palavra tem sofrido distorções preconcebidas e mal-intencionadas.

Imunes aos apodos e às investidas, empregamos, aqui, a palavra Liberalismo “no sentido de regime que respeita a Liberdade, que a tem por pressuposto, base, idéia-força”.

X X X X X X X X X X

2.— Tivérámons, no Segundo Império, a Democracia Coroada, consequência do Liberalismo de D. Pedro II, embora prevalecessem os requisitos da centralização do Poder.

Ao proclamarem a República, os chefes militares disseram-na Democrática e Federativa.

Confirmaram-no, de imediato, as Constituições provisórias, consubstanciadas pelo Decreto-lei número 510, de 22/06/1890 e pelo de número 194-A, de 23 de outubro do mesmo ano.

Esses princípios de República Federativa e Democrática foram respeitados pela Constituição de 1891 e pela Reforma Constitucional de 1926. Todas as outras seguintes Cartas Magnas, — 1934, 1937, 1946, 1967 e 1969, — enunciaram-nos claramente, ou por meio de rodeios.

A Emenda Constitucional número 1, de 17 de outubro de 1969, não fala em Democracia, mas em regime representativo e em que “todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido”. Não esqueceu de afirmar que o Brasil é uma República Federativa.

Observe-se que, em certo instante, o Primeiro Império introduziu inovações federalistas na organização municipal, não obstante vivêssemos sob o Estado unitário, — tudo reflexo da propaganda republicana em desenvolvimento, quando andavam associadas as idéias de Federação e de República.

No regime de após 1889, passamos a atuar em três esferas político-administrativas, — a União, os Estados-membros e os Municípios, cada qual cuidando do atendimento do seu peculiar interesse.

X X X X X X X X X X

No Brasil-Colônia, o município já se constituía na célula do Estado em formação, com os delineamentos, restados da organização, no Império Romano e sob a dominação goda e visigótica.

O município alcançara então determinados privilégios, mais tarde suprimidos ou minimizados. Entre esses privilégios, contava-se o de exercer função judiciária.

Eminentemente centralista, num Estado absolutista e unitário, a Constituição, de 25 de março de 1824, promulgada por D. Pedro I, não deixara, entretanto, de adotar, como norma, a eleição dos Vereadores e dos Juizes de Paz, ao passo que o Presidente da Câmara era o que houvesse obtido o maior número de votos, sem distinção de idade ou de cor partidária.

Acreditam alguns constitucionalistas que os pruridos liberais de D. Pedro I, concedendo a eleição para os Vereadores e Juizes de Paz, se deveram a dois fatos principais, na Carta outorgada:

I.— dissolução da Constituinte de 1823;

II.— exílio de vários parlamentares, inclusive os irmãos José Bonifácio e Martim Francisco de Andrade e Silva;

Em face dessas concessões liberais, supunha-se reconciliado com o Povo Brasileiro, bastante traumatizado. Não houve a reconquista da confiança, tanto que, de crise em crise, sobreveio, afinal, a abdicação do nosso Primeiro Imperador, em

favor do filho, o segundo Pedro.

A Lei de 01 de outubro de 1828 regulamentou os arts. 167, 168 e 169 da Carta Magna citada, e foi considerada "o maior repositório do Direito Municipal Brasileiro".

Na oposição, o Padre Feijó não concordava com as funções meramente legislativas do município. Queria-as também no plano executivo, motivo pelo qual lutava por outra reforma das municipalidades. A luta foi em vão.

A Lei de 01 de outubro de 1828 ampliara a ação do município, na esfera administrativa, e favorecera o orçamento. Mas, havia a subordinação às Assembléias Provinciais, as quais cumpria a aprovação, anual e antecipada, daquele orçamento.

A Câmara Municipal ficava com a responsabilidade das posturas policiais e das medidas para o fomento econômico do município, seus termos e distritos.

O Juiz de Paz ganhou em autoridade, ao ponto do Visconde do Uruguai, nos seus "Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias", haver informado:

"Era talvez a terceira autoridade depois da Regência e dos Ministros. A Regência e o Ministério conferenciavam na Corte com os Juizes de Paz".

Convém não esquecer que a Lei de 01 de outubro proviera da Regência Trina.

As pressões contra o excessivo centralismo da Constituição de 1824 resultaram no Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834.

As províncias ficaram isentas de fiscalização pela Assembléia-Geral (o Congresso Nacional de hoje). As Assembléias Provinciais ganharam poderes para o estudo e discussão de todos os problemas de natureza local, inclusive, — com base no art. 9,— poderes para solucionar assuntos municipais, como os referentes à polícia e à economia.

Alguns artigos do Ato Adicional se apresentavam, contudo, difusos e confusos, o que exigia sua decifração mais clara. Em atendimento aos movimentos de opinião pública em tal sentido, surgiu a Lei número 105, de 12 de maio de 1840, chamada Lei de Interpretação.

Ao contrário do liberalizante Ato Adicional, a Lei de Interpretação veio retrógrada, reacionária, limitadora. Derrubou, entre outras, as conquistas políticas das províncias, obrigadas a voltar ao controle da Corte.

Conservou-se, porém, estranhamente tolerante em relação aos municípios, o que levou Levi Carneiro, na mesma linha de pensamento de Ivo de Aquino, a dizer:

"Desde então, a autonomia municipal se tornou um consolo das aspirações federalistas insatisfeitas, um pretexto para evitar a autonomia das Províncias" ("Organização dos Municípios e do Distrito Federal").

O prof. Orlando Magalhães Carvalho, da Universidade de Minas Gerais, comenta que às províncias coube o traçado das divisões territoriais. Mas, estas se transformaram logo, na mão daquelas, em odiosa arma política, ao ponto de se multiplicarem os protestos dos Presidentes das Províncias e das Câmaras Municipais.

O descalabro e as injustiças sensibilizaram o próprio Conselho de Estado, impossibilitado legalmente de sanearlos, pelo que levou-os ao conhecimento do Imperador D. Pedro II, para que fossem coibidos.

O regime jurídico da TUTELA foi imposto aos Municípios, pois a execução de suas deliberações passou a depender da aprovação prévia do Presidente ou da Assembléia Provincial.

Isso, levou o Marquês de Olinda a dizer, no Relatório de 1858:

"1o., o Executor, encarregado da Administração e do direito de expedir regulamentos da polícia local; 2o., a Câmara Municipal, órgão dos interesses do Município, mas considerada NO ESTADO DE MENORIDADE a muitos respeito, como o município mesmo, que ela

representa; 3o., o Presidente da Província e o Conselho de Estado, revestidos do PODER DE TUTELA para autorizar ou impedir o exercício das ações judiciais relativas à Municipalidade".

A. Machado Paupério ("O Município e seu regime político no Brasil") aduz:

"Com isso, sofria o sistema municipal de mal ingênuo: o de não poder prover os mínimos atos de administração local, arrastando-se em lentos e difíceis expedientes para satisfazer às suas necessidades mais prementes e inadiáveis".

Faltos de recursos financeiros, os Municípios tinham de recorrer, não raro, ao humilhante subterfúgio de subscrições públicas, entre os habitantes mais ricos, a fim de angariar fundos com que realizar obras.

Tavares Bastos Carneiro Maia e outros, reiteraram suas críticas às gritantes lacunas do sistema. Contudo, ainda em 1868, a situação financeira continuava mais do que precária, pois os municípios recebiam apenas 2,5 por cento da renda pública. Ficavam de mãos amarradas.

Os Deputados Cândido Borges Monteiro, em 1856, e Francisco de Assis Ataíde, em 1857, bem como o Marquês de Olinda, no Senado, em 1862, tentaram corrigir os erros, através de projetos modificativos da Lei de 1.828.

Joaquim Nabuco apoiou a iniciativa do Marquês de Olinda. Feriu os pontos cruciais da reforma preconizada:

- a) — garantias da eleição, contra o poder atribuído ao Governo de anulá-la discricionariamente;
- b) — liberdade na deliberação dos negócios puramente locais, o que importava em reformar o Ato Adicional;
- c) — ação na execução, distinguindo a parte a sua origem à eleição, e não à nomeação pelo Governo, ou pela Assembléia Provincial;
- d) — receita para ocorrer à despesa.

Esses pontos básicos se encontram em "Um Estadista do Império".

O Ministro do Império, Paulino José Soares de Souza, realizou outra tentativa em 1869, sem resultado, Nova investida em 1882, pelo Deputado Adolfo Bezerra de Menezes.

Embora sofresse erosão o espírito unitário imperial, em consequência da campanha republicana e do progresso social, político, cultural e econômico do Povo Brasileiro, havia resistência à ampliação dos poderes ao município.

Os latifundiários, por exemplo, — guntados à Nobreza, pelos títulos honoríficos, adquiridos de qualquer forma, — dominavam os municípios, e não abriam mão do feudo político, neles instalado.

Nascia o caciquismo, ou coronelismo, em detrimento do interesse público. A fazenda de café e o engenho de açúcar contribuíam para a sujeição do município à Província e à Corte, porque, junto aos mandantes do dia, os latifundiários se asseguravam prestígio e viam atendidos seus interesses e suas conveniências.

x x x x x x x x x x

3.— A República transformou as províncias em Estados Federados e Autônomos.

A Constituição Provisória, — Decreto-lei No. 510, de 22 de junho de 1890, e o Decreto-lei No. 194-A, de 23 de outubro de 1890, — garantiu a liberdade do município, no relativo "ao seu peculiar interesse", como garantiu a eleição dos respectivos Poderes Executivo e Legislativo. É o que dizia, por sua vez, o art. 68 da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, quando assegurou "a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.

Os republicanos não deram, todavia, dimensão à autonomia municipal. Traziam eles mentalidade feudalista do Império, e não lhes convinha acirrar a luta contra os latifundiários,

que tinham base política municipal.

O juriconsulto João Barbalho chegou mesmo a proclamar que a autonomia municipal não era um princípio constitucional.

Em apoio de sua tese, doze Estados-membros, ao elaborarem as Constituições, determinaram a nomeação do Prefeito para algumas Municipalidades. Ceará, Bahia e Paraíba, entretanto, estenderam essa nomeação a todos os municípios.

A Reforma Constitucional de 1926 fez concessões mais largas, estimulando a autonomia municipal.

A Revolução de 1930 revogou a Constituição de 1891 e a Reforma Constitucional de 1926. E implantou o Governo Provisório, uma ditadura.

O Decreto No. 19.398, de 11 de novembro de 1930, impôs a intervenção nos Estados, com a nomeação de Interventores Federais.

O Decreto No. 20.348, de 29 de agosto de 1931, impôs a intervenção nos Municípios, com a nomeação dos Prefeitos pelos Interventores.

A legislação revolucionária instituiu os Conselhos Consultivos, substitutos das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais.

Na fase pré-constituente, houve uma Comissão, nomeada pelo Presidente da República, para elaborar um Anteprojeto de Constituição, roteiro que deveria guiar a futura Assembléia Constituinte de 1934.

Em relação aos municípios, a Comissão expôs os itens abaixo:

- I.— os municípios de mais de dois mil contos de renda (conto de réis equivalente a milhão de cruzeiros), e cujas sedes tivessem mais de cinquenta mil habitantes, e os que fossem capitais de Estados, teriam Cartas Municipais próprias, de acordo com os princípios gerais estabelecidos pelas Assembléias Legislativas, e submetidas ao seu REFERENDUM;
- II. os Estados poderiam constituir em REGIÃO, — com a autonomia, as rendas e as funções que a lei lhes atribuísse, — um grupo de municípios contíguos, unidos pelos mesmos interesses econômicos;
- III.— os Conselhos Municipais poderiam ser constituídos mediante representação de classes;

Esses itens estavam nos §§ 1o. e 2o. do art. 87 e no art. 88, do Título V, do Anteprojeto. Mas, foram rejeitados pelos Constituintes.

A Constituição de 1934 estabeleceu:

“Art. 13 — Os municípios serão organizados de forma que lhes fique assegurada a autonomia em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse, e especialmente:

- I. a eletividade do Prefeito e dos Vereadores da Câmara Municipal, podendo aquele ser eleito por esta;
- II. a decretação dos seus impostos e taxas, e a arrecadação e a aplicação das suas rendas;
- III. a organização dos serviços da sua competência;

§ Primeiro — Prefeito poderá ser de nomeação do Governo do Estado no Município da Capital e nas Estâncias Hidrominerais;

§ Segundo — Além daqueles de que participem, EX VI dos arts. oitavo, § segundo, e 10, § único, e dos que lhes forem transferidos pelo Estado, pertencem aos Municípios:

- I. o imposto de licença;
- II. os impostos predial e territorial urbanos, cobrado, o primeiro sob a forma de décima ou de cédula de renda;
- III. o imposto cedular sobre a renda dos imóveis rurais;
- IV. as taxas sobre serviços municipais.

§ terceiro — É facultada ao Estado a criação de um órgão de assistência técnica à Administração municipal e fiscalização de suas finanças;

§ quarto — Também lhe é permitido intervir nos municípios, a fim de lhes regularizar as finanças, quando se verificar impontualidade no pagamento de empréstimos garantidos pelo Estado, ou falta de pagamento de sua dívida fundada por dois anos consecutivos, observadas, naquilo em que forem aplicáveis, as normas do art. 12”.

O art. 7o. letra c, proibiu a reeleição do Prefeito para o período imediato, tal qual fizera com os Governadores, com sentido moralizador.

Um curioso pormenor: não há, na Constituição de 1934, como em nenhuma outra, aliás, definição do que seja, para ela, “peculiar interesse” do município.

Com o advento do Estado Novo e com a promulgação de sua Carta Magna, a 10 de novembro, definição de 1937, o Governo Federal centralizou, em suas mãos importante soma de poderes.

O município recebeu tratamento SUI GENERIS, com a ampliação do papel que deveria exercer na vida nacional. Haveriam eleições diretas no município, quando seriam escolhidos os Vereadores e dez cidadãos outros. Esses cidadãos deveriam participar da escolha dos membros da Câmara dos Deputados e deveriam integrar o colégio eleitoral para Presidente da República.

A eleição direta municipal se referia apenas aos Vereadores e aos dez citados e conspícuos cidadãos. O Prefeito era de livre nomeação do Governador, ou do Interventor Federal no Estado.

A Constituição de 1937 não chegou a ser inteiramente aplicada, sobretudo na parte político-eleitoral de interesse dos municípios. Em consequência, Estados e Municípios se guiaram pela Lei Orgânica, baixada pelo Decreto-lei no. 1.202, de 8 de abril de 1939, modificado “pelo inconstitucional Decreto-Lei no. 5.511, de 21 de maio de 1943, que sofreu não pequenas críticas”, e pelo Decreto-lei no. 7.518, de 3 de maio de 1945.

Não tendo havido eleições municipais, as comunas foram se tornando cada vez mais dependentes dos Conselhos Administrativos e dos Interventores Federais.

A fiscalização financeira e orçamentária ficou a cargo de órgãos estaduais, e o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios exerceu verdadeira tutela, com base na Lei no. 183, de 1936, no que não fora revogado, e nos Decretos-leis Nos. 1.804 e 2.416, respectivamente de 24 de novembro de 1939 e 17 de junho de 1940.

Subordinados aos Conselhos de Administração, ou Conselhos Administrativos e Consultivos, e ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, a administração municipal ficou grandemente restringida.

O problema se agravou ao ocorrer a queda da arrecadação tributária, em virtude dos cortes em alguns itens da sua fonte de receita, ao ponto de haver sido o município, proporcionalmente, a entidade, nas três esferas, de menor arrecadação tributária no País.

x x x x x x x x x

4.— Consideram, os cientistas sociais, a Constituição de 18 de setembro de 1946 como a mais municipalista dentre todas, no Brasil.

Esse otimismo nos parece um tanto exagerado, em virtude dos senões que deparamos.

Na verdade, o art. 28 garante a autonomia municipal através da eleição do Prefeito e dos Vereadores, como garante administração própria ao município, no que concerne ao seu peculiar interesse, podendo decretar, arrecadar e aplicar os tributos e organizar os serviços públicos locais.

Houve a ressalva da nomeação, pelo Governador, do Prefeito da Capital e do das Estâncias Hidrominerais (§ primeiro), bem como o dos municípios “que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa

externa do País." (§ 2º).

O Art. 23 dispôs sobre a intervenção do Estado no município, quando se tratar da regularização das finanças deste:

- "I. — verificar-se impontualidade no serviço de empréstimo garantido pelo Estado;
- II. — deixarem de pagar, por dois anos consecutivos, a sua dívida fundada".

À primeira vista, parece inócua essa disposição constitucional. Mas, levemos em conta as intervenções previstas nos §§ 1º e 2º do art. 28, supracitados, e levemos em conta que, ademais, o art. 24 facultou ao Estado a criação "de órgão de assistência técnica aos Municípios", outro tipo disfarçado de intervenção estadual.

De pouco adianta, no caso, a proibição constante do art. 7º, inciso VII, estabelecida, nestes, como punição, a intervenção federal no Estado infrator.

O Art. 29 da Carta de 1946, e o artigo do mesmo número da Emenda Constitucional número 5, deram poderes ao município para tributar sobre itens específicos, inclusive sobre transmissão de propriedade imobiliária, inter-vivos.

Podere-se considerar a Carta de 46 como municipalista do ponto de vista da largueza e da folga de recursos financeiros que atribuiu aos municípios em geral. Além dos tributos autorizados no art. 29, tivemos os estatuídos igualmente pelos arts. 15, 20, 21 e 30.

Pelo inciso VI, § 2º, do art. 15, "a União deve entregar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, — proporcionalmente à sua superfície, população, consumo e produção, nos termos e para os fins estabelecidos em lei federal, a percentagem de 60% da renda dos impostos que lhe compete arrecadar, para cada espécie de produto, sobre as rubricas mencionadas no inciso III do mesmo artigo".

Tem mais, consoante A. Machado Paupério:

"Aos Municípios que não abrangerem as Capitais, deve a União entregar 10% do total que arrecadar do imposto de renda ou provento de qualquer natureza, feita a distribuição em partes iguais e aplicando-se, pelo menos, metade da importância em benefícios de ordem rural (art. 15, inciso VI, § 4º)."

A entrega dessa percentagem foi regulada pelas Leis números 305, de 18 de junho de 1948, e 1.393, de 12 de maio de 1951.

Mas, a fonte de receitas não estancou aí:

"Aos Municípios que não abrangerem a Capital, devem dar os Estados anualmente 30% do excesso dos impostos estaduais arrecadados, não computado o imposto de exportação, quando aqueles excederem o total das rendas locais de qualquer natureza".

Esse dispositivo constou do célebre e penoso art. 20. Penoso, porque as chamadas "quotas do artigo 20" se transformaram em arma política, para sujeição dos Prefeitos e das Câmaras Municipais aos interesses e caprichos do Governo do Estado. Recebia-se a quota depois de percorrer-se complicada e humilhante via-sacra, até mesmo para quem era correlegionário do Governador...

"Quanto aos outros tributos decretados pela União ou pelos Estados além dos que lhes forem atribuídos, apesar da preferência da primeira, caberá aos segundos fazer a arrecadação, e, à medida que esta se efetue, deverão entregar 20% do produto à União e 40% aos Municípios onde se tiver realizado a cobrança" (art. 21).

O Art. 141, § 10, cedeu os cemitérios à Administração municipal, e o art. 27 proibiu, à União, aos Estados e aos Municípios, a imposição de impostos inter-estaduais ou inter-municipais, limitando, assim, o tráfego de qualquer natureza.

Segundo o constitucionalista Paulino Jacques, tais tributos "viriam romper o vínculo federativo, que impõe o maior e o

melhor intercâmbio entre as unidades federais" ("A Constituição Federal Explicada", pg. 38).

X X X X X X X X X

5. — Ocorreram, ocorrem e ocorrerão casos em que o Prefeito pertença a uma agremiação político-partidária, e tenha contra si, na Câmara Municipal, maioria oposicionista, não só de facção do seu próprio partido, mas também de outra agremiação política.

Esse fato prejudica os interesses coletivos, em face da não aprovação de mensagens do Prefeito, ou de sua preconcebida distorção, tornando-as impraticáveis, assim como em face de projetos e resoluções da Edilidade com o objetivo de criar tropeços à Administração Municipal.

Houve quem sugerisse, então, que, no âmbito municipal, não houvesse a representatividade político-partidária, e, sim, representatividade eminentemente profissional, através dos órgãos de classe.

A sugestão nada mais foi do que o ranço da pregação do Integralismo, transplante, por sua vez, para o nosso País, da ideologia nazi-fascista. Seria o paraíso corporativista, com desrespeito total ao Regime Democrático, então imperante.

Apesar da origem espúria, essa idéia teve, no entanto, cultores, como Levi Carneiro, abeberado em Oliveira Viana, de tendências nitidamente direitistas. Ei-lo a doutrinar, na sua "Organização dos Municípios e do Distrito Federal", pgs. 139/140:

"A composição das Câmaras Municipais se faria muito melhor sem esses inconvenientes, se se fizesse pela representação profissional. Essa era, se não estou mal informado, uma idéia de Oliveira Martins, insigne historiador e economista luso.

Entre nós, recomendou-a sempre Oliveira Viana, que adepto da representação profissional em todas as unidades da Federação, entendia que se devia começar a aplicá-la pelos Municípios. Parecia-lhe que, assim, se excluiria a influência dos Partidos Políticos, tornando as Câmaras Municipais "entros primários de expressão da vontade popular", que, pelo enquadramento profissional, se desagregaria o velho enquadramento patriarcal, que se prepararia a verdadeira representação política."

Um dos argumentos era o de que o indivíduo, vinculado ao seu agrupamento profissional, estaria mais seguro e mais defendido. A vinculação profissional evita "se torne este (indivíduo) átomo solto no campo social e político, defendendo-o contra a possível prepotência do Estado".

O anti-liberalismo da idéia encontrou imediata repulsa por parte dos Constituintes, ainda não esquecidos do fracasso da representação classista, na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas, em 1934.

O municipalista argentino Alcide Greca retocou a idéia: "ao lado de um Conselho-Geral, eletivo, de caráter financeiro, sobretudo tributário, um Poder Executivo colegiado, de poucos membros, escolhidos por aqueles".

Os Constituintes de 1946 fecharam a porta às pregações anti-democráticas. Decretaram que, na forma do art. 23 da Constituição, o Povo tinha o direito de escolher, nas urnas livres, os seus representantes no Poder Executivo e na Câmara Municipal.

Cabe um reparo oportuno: Alguns setores do dito Empregado Nacional estão forçando, hoje em dia, uma solução parecida com o corporativismo do Fascismo italiano. Ninguém lhe nega o direito de opinar sobre questões políticas, mas, no instante em que se luta arduamente pela reimplantação da Democracia no Brasil, constitui um escárnio a tentativa fascizante. O que esses setores almejam é o "Estado de privilégios", de que fala RODOLFO LAUN, não satisfeitos com a enxurrada de concessões e de facilidades beneficiadoras exclusivas do Capital, em detrimento da Classe Média e do Proletariado, de

vida cada vez mais angustiada e estrangulada.

x x x x x x x x x

6. — A não ser do ponto de vista financeiro, o Municipalismo sofreu palpáveis erosões à luz das disposições da Emenda Constitucional número 1, de 17 de outubro de 1969.

Em nenhum momento, essa Carta Magna fala em Democracia ou em Regime Democrático, não obstante pregue postulado eminentemente democrático no § 1º do art. 1º, quando diz que “todo o poder emana do povo e em nome dele será exercido”. Tem-se a impressão de que a palavra “Democracia” era alérgica aos legisladores da época...

Uma aparente concessão autônoma é ressuscitada no § 3º do mesmo art. 1º.

“§ 3º — Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios”.

Esses símbolos, consoante o § 2º, são bandeira, hino e outros, como o escudo.

Rememoremos, agora, alguns fatos:

O uso de símbolos era permitido até 1937, reminiscências da pregação do Apostolado Positivista, adepto do Federalismo “a outrance”.

No começo da República, éramos Federação Republicana e Democrática. O conceito se tornou tão sofisticado que o Rio Grande do Sul, por exemplo, com uma Constituição Positivista, levou ao Federalismo a tal ponto que quase se tornava um Estado soberano e independente, até com Secretaria de Relações Exteriores e outras imposições que tais...

Isso, deu causa à Revolução Federalista de 1893/1894, e à Revolução, chefiada por Assis Brasil, em 1923.

Tinham-se em mira Objetivos Nacionais Permanentes quando, com base no estatuído pela Carta Magna de 1937, houve a cerimônia, presidida por Getúlio Vargas, da queima simbólica das bandeiras estaduais.

De São Paulo para baixo, os Estados do Sul estavam roídos pelo cupim da ideologia nazi-fascista, embora extravasada, também, para o resto do País.

O Partido Nacional-Socialista Alemão e o Partido Fascista, italiano, encontraram na Ação Integralista Brasileira, — ou, mais simplesmente, o Integralismo, — o veículo ótimo para propagação das suas idéias anti-brasileiras.

A penetração da propaganda na Escola, na Igreja, no Clube e no Lar era uma realidade ameaçadora. Buscava-se a doutrinação do Povo no sentido que o Sul deveria constituir a sonhada Alemanha Antártica. Mas, a Itália, o Japão e a Polônia alimentavam os mesmos propósitos de desmembramento em seu favor, apoiado, cada país, nos contingentes de imigrantes de sua nacionalidade, aqui estrategicamente radicados.

Vimos, em São Paulo, desfiles de “camisas negras”, de Mussolini, e, no Paraná, como em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, desfiles do Partido Nacional-Socialista Alemão e da Juventude Hitlerista, com as suas “camisas pardas”, ombreando-se com os “camisas verdes”, de Plínio Salgado.

Curioso é que grande parte dos integralistas, descendentes de alemães, ostentavam o sigma num braço, e, no outro, a cruz swástica...

Os quistos raciais, a par da propaganda ideológica intensa, haviam criado clima de insegurança de ousadia incomum. Ameaçavam-se os que combatiam as ideologias exóticas com uma “noite dos tambores silenciosos”, venenosa flor de retórica, para explicar que os patriotas tomariam sob os punhais enviados por Hitler, numa noite que arremedaria a chacina, na Alemanha, em 1932, quando o “führer” exterminou todos os seus rivais e inimigos.

A desnacionalização chegara ao auge, graças aos contingentes de catequistas, disfarçados de pastores e de professores, e graças à cornucópia de dinheiros aqui despejados, com o fim de comprar consciências.

Sob a capa do Federalismo, desbrasileiravam-se os

Estados do Sul. Donde, a necessidade da reação oficial, através da Campanha de Nacionalização, dirigida pelos chefes militares e pelos governos estaduais envolvidos.

Assim, pois, a queima dos símbolos representou, antes de tudo, o passo firme no rumo da Unidade Nacional.

Quem teve, ou tem, acesso à documentação recolhida pelas nossas autoridades da época, verá que o perigo de desmembramento não era imaginário, e aquilatará toda a extensão das suas dolorosas consequências.

A restauração dos símbolos, até para os municípios, faz supor que perigos daquela ordem cessaram de existir. O que, porém, não nos convence é que o princípio federalista e que o princípio da autonomia municipal estejam sendo respeitados.

Não passou a permissibilidade de uma tirada demagógica, um escárnio aos que defendem a autonomia dos Estados e dos Municípios, e assistem, contristados e inermes, às violações sucessivas e maquiavelicamente planejadas.

Antes de maiores incursões nesse campo, permitam-se-nos algumas palavras sobre os paradoxos da época presente, à luz das disposições constitucionais.

x x x x x x x x x

7. — No terreno tributário e de fontes outras de receita, a Emenda Constitucional número 1, de 17 de outubro de 1969, aquinhoou, realmente, os municípios.

Mas, com o sacrifício da sua liberdade política, que, de forma alguma, é compensado pelo uso de bandeiras, escudos e hinos municipais.

Vejamos a realidade, nua e crua:

O Art. 15 diz que assegura a autonomia municipal. Estará dizendo a verdade? Tiremos isso a limpo.

“Art. 15 — A autonomia municipal será assegurada:

II — pela administração própria, no que respeite ao seu peculiar interesse, especialmente quanto:

- a) — à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; e
- b) — à organização dos serviços públicos locais”.

Analisemos isso:

Em primeiro lugar, como já dissemos antes, não há uma definição quanto ao que o legislador quer dizer “com o seu peculiar interesse”, de interpretação elástica e nem sempre condizente com o peculiar interesse dos municípios.

Em segundo lugar, existe administração própria vigiada, portanto limitada, restringida, amedrontada.

Aí estão o Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Contas da União e outros órgãos extra-municipais a controlar e fiscalizar os planos de obras, e sua execução. Se há esse policiamento, com poder de punir, — e tais órgãos punem severamente, autoritariamente, — onde está a autonomia, onde fica a administração própria?

O município, de acordo com a letra “a”, do inciso II, do art. 15, pode decretar e arrecadar tributos de sua competência e aplicar suas rendas, mas tem de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados. Prestar contas a quem? À Câmara Municipal, tão-somente, em nome dos municípios? Não! À Câmara Municipal, eufemisticamente auxiliada, no controle externo, pelo Tribunal de Contas do Estado “ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência”. E quem fiscaliza, debaterá e pune é o órgão supramunicipal, em violenta quebra da autonomia.

O Tribunal de Contas da União interfere na aplicação dos recursos do Fundo de Participação. Suspende o pagamento das quotas, em prejuízo de toda uma coletividade inocente, confisca bens pessoais do Prefeito faltoso. Só falta a declaração de guerra, nos moldes antigos...

O município é obrigado a aplicar, obrigatoriamente, em cada ano, vinte por cento da sua receita no ensino primário.



Nada mais louvável do que disseminar escolas, e permitir o acesso de milhões de crianças ao alfabeto e às quatro operações aritméticas. Se o município é pobre, como acontece na maior parte das vezes, essa sangria lhe tira as condições materiais para o atendimento de setores outros, igualmente importantes, como o da construção de estradas e pontes, que ajudem o País na batalha da produção.

A Emenda Constitucional número 1 faz cortesia com chapéu alheio, ao impor semelhante obrigação, passível de intervenção do Estado, no caso de não cumprida.

Se há tanto interesse pela escolarização das nossas crianças, por que a União e o Estado, tão ricos, não cobrem as despesas da rede escolar? O município não seria imolado, e as populações seriam mais largamente beneficiadas.

A letra "b", dos mesmos incisos e artigo, relativa "à organização do serviços públicos locais", sobre freqüentes intervenções do Estado. O caso da água e dos esgotos é típico. Depois de esforço hercúleo, em que o município opera o impossível para atender a esse saneamento básico, o Estado comparece, pressiona, violenta, até que tal serviço passe para sua alçada, sem que isso signifique melhoria e aperfeiçoamento, para satisfação de mais amplas áreas da população.

Estamos vendo, portanto, que a administração municipal é um mito constitucional, é um conto da carochinha, simplesmente.

Passemos para o inciso I:

"I — pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores realizada simultaneamente em todo o País, em data diferente das eleições gerais para senadores, deputados federais e deputados estaduais;"

Verifiquemos até onde vai a realidade.

Já o § 1º do art. 15 dita:

"§ 1º — Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:

- a) — da Assembléia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados Estâncias Hidrominerais em lei estadual; e,
- b) — do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional por lei de iniciativa do Poder Executivo".

Ora, o disposto, então, no inciso I do art. 15 é meramente parcial. Uns municípios podem, e outros municípios não podem eleger o seu Prefeito e respectivo Vice.

No caso das Capitais dos Estados, é um contrassenso e um insulto ao seu eleitorado mais bem informado, e, por isso, mais independente. Ou o melhor esclarecimento, — por mais fácil acesso a variados veículos de comunicação e o maior espírito de independência são, justamente, os fatores que assustam o Governo e que o levam a mutilar a vontade soberana do Povo?

Não possuímos municípios com as características de Estâncias Hidrominerais; entretanto, são onze os que foram declarados de interesse da segurança nacional, e, conseqüentemente, impedidos de escolherem livremente os chefes do seu Poder Executivo.

Não se desmascara a farsa da autonomia municipal, que fala em eleição de Prefeito e Vice-Prefeito? Por que uns podem, e outros não podem escolhê-los? Não há justificativa para a discriminação odiosa.

Continuemos a leitura do famigerado artigo 15. O seu § 2º nos elucida:

§ 2º — Somente farão jus à remuneração os Vereadores das Capitais e dos Municípios de população superior a duzentos mil habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar".

Antes de prosseguir, pulemos para o § 4º, relacionado com a matéria.

"§ 4º — O número de Vereadores será, no máximo, de

vinte e um, guardando-se proporcionalidade com o eleitorado do município".

Em primeiro lugar, num sistema federativo e democrático, é ilícita, inconstitucional, a interferência da União em assunto relacionado com o número dos componentes da Câmara Municipal, limitando-lhe esse número. Moralização não é desculpa.

Em segundo lugar, num sistema federativo e democrático, a Constituição não poderia intrometer-se em questão de subsídios para Vereadores, sejam os da Capital ou de Municípios com qualquer número de habitantes.

O erro já vinha da Constituição de 1967, que fixava limite mínimo de cem mil habitantes, para Vereadores receberem subsídios. A de 1969, subiu a quota para duzentos mil habitantes.

Afora a intromissão indébita em assunto da área municipal, existe outro fator não menos relevante: quem trabalha, deve ser remunerado. A cassação da remuneração aos Vereadores constituiu, sem dúvida, ato de prepotência injustificável.

No exercício dos mandatos, os Vereadores de quaisquer municípios se equivalem entre si, todos são iguais perante a lei. Se uns fazem jus à remuneração, todos os outros o fazem também, sem cogitar de demografia.

Passou o tempo dos *homens bons* servirem o município de graça *bons*, porque latifundiários, ou capitalistas, com interesses em jogo. Dispensavam, portanto, os proventos do Erário Público.

Muitos colegas parlamentares estarão querendo contestar-nos por haver sido concedida a remuneração, em recente lei.

Perguntamos: quantos anos perdurou a luta, para conseguir-se o reconhecimento de um direito comezinho, e para que a própria emendasse o grave erro em que incorria?

Perguntamos: quantas dezenas de milhares de Vereadores, pelo Brasil em fora, foram lesados no seu direito à remuneração enquanto perdurava a odiosa exceção inconstitucional? Serão indenizados os que, em mandatos já cumpridos, nada perceberam?

Dirão que, na espécie, a lei não retroage, que se torna impossível indenizar-se quem já não está no exercício do mandato, e que o município não teria recursos para o atendimento de tais despesas. Pague a União pelo erro que praticou. Não receberem também os de mandato expirado constitui tratamento injusto, de dois pesos e de duas medidas.

Não se nos escape por entre os dedos outro fato de suma importância no processo legislativo: A Emenda Constitucional, pelo art. 1º, diz que "o Brasil é uma República Federativa, constituída, sob regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios". Contrariando isso, intrometeu-se a União em assunto fora da sua competência. O errado na Carta Magna não pode ser corrigido por meio de lei comum, e, sim, por meio de emenda constitucional. Assim, com a mensagem presidencial, aprovada pelo Congresso, o Governo reconheceu o grave erro. Quem erra, paga as conseqüências. À União, pois, o ressarcimento dos ex-Vereadores.

As limitações à autonomia municipal não tiveram fim. Vejamos.

Art. 15 — § 3º — A intervenção nos municípios será regulada na Constituição do Estado, somente podendo ocorrer quando:

- a) — se verificar impontualidade no pagamento de empréstimo garantido pelo Estado;
- b) — deixar de ser paga, por dois anos consecutivos, dívida fundada;
- c) — não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;
- d) — o Tribunal de Justiça do Estado der provimento à representação formulada pelo Chefe do Ministério Público local para assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição Estadual, bem

como para prover à execução de lei ou de ordem ou decisão judiciária, limitando-se o decreto do Governador a suspender o ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade;

- e) — forem praticados, na administração municipal, atos subversivos ou de corrupção;
- f) — não tiver havido aplicação, no ensino primário, em cada ano, de vinte por cento, pelo menos, da receita tributária do município”.

Comentamos, anteriormente, a letra “f” deste artigo. Como municipalista, não concordamos com a intervenção do Estado no município por impontualidade de pagamento, ou por ato de subversão ou de corrupção, praticado eventualmente por autoridade municipal.

No primeiro caso, há instrumentos legais para a ação contra o município inadimplente.

No segundo caso, o município em si não deve e não pode pagar pelos crimes, de caráter pessoal, de autoridade constituídas. Leis comuns e de exceção abundam, para a ação contra o delinqüente, sem que o município passe ser responsabilizado e, por isso, venha a sofrer as funestas conseqüências da intervenção. Um, pessoa de Direito Público; outra, pessoa de Direito Privado.

Há a circunstância de que é muito elástico o conceito de subversão, hoje em dia. Basta que desagrade o poderoso, para que a pecha de subversivo recaia sobre a cabeça de quem não lhe diga amém.

Aplaudimos, com entusiasmo, o fortalecimento das finanças municipais através do estatuído nos arts. 24, 25 e 26 da Emenda Constitucional número 1, porque as locais são necessidades mais prementes, e as municipalidades precisam dispor de recursos suficientes para atendê-las.

Protestamos, no entanto, contra as restrições do art. 16, e seus parágrafos, pois, é dar com u’a mão, e retirar com a outra. Isto é, alargam-se e folgam as finanças, com o que a autonomia municipal também se consolida, mas a injunção de fiscalização dessas finanças e orçamento por órgão estadual ou federal conflita com o espírito autônomo e federativo.

x x x x x x x x x

8. — Proclama-se que o Município antecedeu ao Estado, isto é, surgiu antes deste, pelo que não lhe caberia o direito de reconhecer o município. Há uma inversão: o conseqüente determina o precedente, ou, em outras palavras, a criatura é que dá existência ao criador. Dentro de tal conceito, não se justificam as normas com que o Estado reconhece os municípios.

Outros afirmam o direito do Estado intervir, porque, sendo ele o somatório dos municípios organizados, está apto a cuidar do bem-estar comum.

Como conseqüência da pregação dessa escola, surgiu o que os cientistas sociais proclamam de política solidária entre o Estado e os municípios. Daí, a permissibilidade estabelecida no § 3º do inciso IX do art. 13 da Emenda Constitucional número 1:

§ 3º — A União, os Estados e os Municípios poderão celebrar convênios para execução de suas leis, serviços ou decisões, por intermédio de funcionários federais, estaduais ou municipais”.

A concepção é a de que o Estado possui visão mais geral e mais ampla dos problemas regionais, cuja solução depende do entrosamento perfeito entre ele e os municípios. É o caso, por exemplo, de uma rodovia, ou de uma usina hidrelétrica, quando não tratar-se do planejamento e incentivo a uma determinada produção nesta ou naquela zona geo-econômica.

Se não houvesse o prévio convênio, legalmente autorizado, poderia parecer uma “invasão” da União nos Estados, ou dos Estados nos Municípios, com a aparência de infração aos dispositivos constitucionais, garantidores da autonomia e da integridade territorial.

Dentro dessa tese, plantou-se a doutrina intervencionista nas finanças dos Estados e dos Municípios, através dos órgãos de fiscalização e de controle que já mencionamos e de cuja intervenção discordamos.

x x x x x x x x

9. — Afora as inúmeras lesões à autonomia municipal, autorizadas pela Constituição Federal, por nós exaustivamente apontadas, uma se sobreleva e que motiva este trabalho.

Trata-se dos onze Municípios Paranaenses multiplicados em centenas pelo Brasil além, que foram declarados de interesse da segurança nacional e que ficaram impedidos, portanto, de escolherem seu Prefeito e Vice, embora livres na eleição dos Vereadores. No fundo, não deixa de ser uma incongruência, mais um paradoxo.

A Câmara Municipal é geradora de leis, regula a vida do Município. Nessas condições, possui a mesma importância do Prefeito. Daí, a estranheza em face da parcialidade, e da contradição ao artigo 1º (§ 1º), que reza que “todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido”.

Se o poder emana do povo, Prefeito e Vereadores têm de ser eleitos pelo Povo. Salvo se estamos num país de opereta, onde a realidade é ofuscada pela fantasia.

Sabemos que, na conformidade do art. 87, “o Conselho de Segurança Nacional é o órgão de mais alto nível na assessoria direta ao Presidente da República, para formulação e execução da política de segurança nacional”.

Sabemos, ainda, que, na forma do art. 89, são importantes as atribuições ao mesmo conferidas, como:

- “I — estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional;
- II — estudar, no âmbito interno e externo, os assuntos que interessem à segurança nacional;
- III — indicar as áreas indispensáveis à segurança nacional e os municípios considerados de sem interesse;

.....  
§ único — A lei indicará os municípios de interesse da segurança nacional e as áreas a esta indispensáveis, cuja utilização regulará, sendo assegurada, nas indústrias, nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros.”

Isto posto, prossigamos.

No Estado do Paraná, são onze os municípios parcialmente cassados em seus direitos políticos.

A Lei número 5.448, de 4 de junho de 1968, situou nada menos de dez. São eles: Capanema, Barracão, Foz do Iguaçu, Guaíra, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Pérola do Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu. O Decreto-Lei número 1.170, de 10 de maio de 1971, completa a lista, com a inclusão de Santa Helena.

São municípios que se situam na faixa de fronteira com o Paraguai e com a Argentina, ao mesmo tempo que circundam a área da futura hidrelétrica de Itaipu.

Se o fato da defrontação com países estrangeiros implica em alguma ameaça, mesmo remota, à nossa integridade e soberania, há de se convir que todos os municípios de toda a faixa de fronteira, do Norte ao Oeste e ao Sul, teriam de ser declarados de interesses da segurança. Isso, ao que parece, não está ocorrendo.

São esplêndidas, por outro lado, as relações diplomáticas e comerciais do Brasil com a Argentina e com o Paraguai, e, no campo militar, os altos comandos latino-americanos se reúnem e debatem, cordialmente, os problemas que lhes são afetos.

Não há por onde vislumbrar qualquer indício de atentados e de agressões. E mesmo que houvesse, as unidades do Exército e os contingentes da Marinha estão suficientemente preparadas para enfrentá-las.

A construção da usina de Itaipu foi alvo de algumas controvérsias com a Argentina, felizmente esclarecidas pela



tradicional habilidade do Itamarati. Ao que tudo leva a crer, marchamos para um acordo tripartite, capaz de sanar as possíveis dificuldades jacentes.

Assim sendo, o perigo não vem da linha da nossa política externa. Vem, então, de onde?

Infiltração de subversivos através das fronteiras? Penetração, por elas, de material condenado?

Possuímos, ao que nos consta, órgãos de segurança em ação permanente, para coibir essa espécie de agressão externa. Graças aos mesmos, o País tem vivido, nesse campo, em tranqüilidade.

Contrabando de bebidas, de perfumarias e de outros artigos supérfluos? Ação de quadrilhas de ladrões de automóveis? Tráfico de tóxicos?

Isso é crime comum, sujeito ao Código Penal, e sua repressão é da competência da Polícia.

Caem, portanto, os prováveis argumentos para a declaração de interesse da segurança nacional a esses onze municípios.

Não escapa, nem mesmo a um leigo, que um Prefeito, de livre escolha do Povo, não representa risco, nem embaraço, à ação das autoridades federais no combate aos crimes e aos atentados à nossa soberania e integridade territorial.

Suspeita-se, pelo jeito, de que o Prefeito possa ser subversivo ou contrabandista. Nesse caso, a suspeita teria, então, de estender-se a todos os habitantes da fronteira, — civis e militares, autoridades e homem comum. O único recurso seria o de despovoar inteiramente essa faixa, criando, ali, linhas mortas, para que a segurança viesse a ser total.

Não se justifica que só o Prefeito seja alvo de suspeição, ou responsável por tudo o que suceda de mau em seu município. Para isso, existem tropas militares, delegados de polícia, juizes de Direito, etc., cada qual em condições de colaborar, e de vigiar, com a autoridade municipal.

O brasileiro é pacato, infenso à violência, e, sobretudo, às doutrinas que a pregam, como meio de conquista do Poder.

Na fronteira, o sentimento de Brasilidade é um fato que impressiona. Ele se aviva, palpita no coração de cada um.

Insustentem, pois, as razões que teriam levado o Conselho de Segurança Nacional a decretar a hemiplegia política nos onze municípios citados.

Levemos em consideração que a Carta de 1946 também previra a colocação de municípios como áreas de segurança nacional. Mas, conforme o § 1º do seu artigo 28, esses municípios seriam apenas portos militares ou bases “de excepcional importância para a defesa externa do País”.

O critério não é o mesmo, desta feita. Parece-nos que certos interesses políticos, e não os da segurança nacional, influíram mais decisivamente para essa castração da vontade popular.

x x x x x x x x x x

10. — Vejamos como não procede à suspeição contra Prefeito eleito em área de segurança nacional:

Em primeiro lugar, ele teria contra si o § 3º do art. 15, da atual Constituição, que estipula a intervenção do Estado, inclusive, em casos de atos subversivos e de corrupção.

Em primeiro lugar, a fiscalização financeira e orçamentária do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas da União é de tal ordem que o Prefeito se acha preso numa camisa de força.

Em terceiro lugar, a legislação sobre crimes de responsabilidade e sobre crimes políticos é tão farta e tão completa que ninguém, em juízo sã, se atreveria a violá-las.

Mencionemos algumas:

A Lei número 1079, de 10 de abril de 1950, discriminou “os Crimes de Responsabilidade dos Chefes do Poder Executivo”, e definiu o procedimento legal a ser seguido em cada caso.

A Lei número 3.528, de 03 de janeiro de 1959, sobre o mesmo assunto, veio de ser revogada pelo Decreto-Lei número 201, de 27 de fevereiro de 1967, e que ampliou o campo repres-

sivo.

A Lei de Segurança Nacional, de 1953, veio de ser substituída pelo Decreto-Lei número 898, de 29 de setembro de 1969, mais extenso e mais drástico, indo até à prisão perpétua e à pena de morte nos crimes mais graves.

O Código Penal enumera todos os crimes comuns e todas as contravenções, com as respectivas penalizações, de modo que o contrabando, o tráfico de tóxicos e outros crimes desse jaez estão devidamente configurados.

No plano político, existe, primeiramente, o Código Eleitoral, regido pela Lei número 4.737, de 15 de julho de 1965, e revocatória da Lei número 1.164, de 24 de julho de 1950. Temos, ainda, o Decreto-Lei número 1.063, de 21 de outubro de 1969, sobre as inelegibilidades, inclusive para Prefeitos.

Armado com essa grossa armadura de leis, o Governo Federal está em condições de reprimir e de punir severamente quaisquer delitos que, porventura, sejam cometidos numa ou noutra área.

Esmagado e intimidado, sabendo-se vigiado dia e noite pelos adversários políticos e pelos órgãos de segurança, qual o Prefeito que se atreveria a violar essas leis?

O pior é que todo um colégio eleitoral, que pôde escolher os Vereadores, fica proibido de escolher o Prefeito e seu Vice. É uma suspeição que atinge as raízes do surrealismo, porque ninguém dela está imune.

Outro mal crônico advém da nomeação do Prefeito pelo Governador do Estado, ainda que aprovado pelo Presidente da República.

Em muitos casos, o nomeado olha sobranceiramente o Povo, e dele conscientemente se afasta, porque nada lhe deve, muito menos o voto.

Estabelece-se o clima de incompreensão e de hostilidade no município, e, não raro, o nomeado transforma o cargo em sinecura, pouco se importando com a solução dos gritantes problemas municipais.

As reclamações não são ouvidas por quem de direito. A vaidade pessoal do Governador e as intrigas palacianas não admitem um passo atrás, com a desnomeação lógica de quem não correspondeu à confiança.

Em tais condições, o Prefeito se sente “com as costas quentes”, inderrubável. Multiplicam-se, então, as tropelias e as arbitrariedades, e o município arca com todos os graves prejuízos.

Já o Prefeito eleito é obrigado a comportar-se à altura, porque sobre ele está a pesar, permanentemente, a arma do impeachment, além do processo penal a que estará sujeito, se cometer os delitos que as leis prevêm.

Num momento de inspiração, o insuspeito Prado Kelly afirmou:

“A doutrina em voga apoia-se validamente no binômio “Segurança e Desenvolvimento”. Mas, não estará seguro o Estado sem a segurança elementar dos cidadãos. Mas, nem poderá a Nação progredir sem os alicerces em que assenta a ordem econômica, segundo os identifica, no seu conteúdo programático, a Constituição em vigor.”

x x x x x x x x x x

11. — De acordo com o que preceitua o § 3º do art. 15, a única exceção que se abre, no município declarado de interesse da segurança nacional, é a do Prefeito nomeado.

A Câmara Municipal é normalmente eleita no prazo da lei. E funciona com todas as prerrogativas legais, conferidas às outras Câmaras, situadas fora desse regime intervencionista.

Funciona normalmente o Poder Judiciário, — representado pelos Juizes de Direito, pelos Juizes Eleitorais e pelas Juntas de Conciliação e Julgamento, da Justiça do Trabalho, — sem sofrer qualquer impedimento ou restrição.

O provimento dos cargos judiciais continua se fazendo através de concurso público, e o escalonamento nas carreiras

obedece aos critérios de promoção.

Os outros organismos, igualmente, funcionam, singulares ou coletivos, oficiais ou particulares, não lhes abalando a vida do dia-a-dia e estado de exceção em que mergulhou o município.

Entre esses organismos, relacionamos a Legião Brasileira de Assistência, a Cruz Vermelha Brasileira, o Instituto Nacional de Previdência Social, o FUNFURAL, os Sindicatos patronais e de empregados, a Associação Comercial, a Associação Rural, o Rotary Club, o Lions Club, os Clubes Recreativos, Literários, Esportivos, Sociedades Operárias Benéficas etc. etc.

Façamos referência, especialíssima aos contingentes da Marinha em Foz do Iguaçu, e às unidades do Exército sediadas nesta e na cidade de Guaíra, assim como, em Cascavel, se aquartela um Batalhão da Polícia Militar do Estado.

São, estas unidades militares, exemplos de civismo e de disciplina, fatores de garantia absoluta à ordem e à intranquilidade públicas. Elas cumprem rigorosamente o seu dever, e vigiam permanentemente as nossas fronteiras, recebendo, em troca, o respeito e a gratidão das populações ali radicadas.

É preciso que se acentue o fato de que essas briosas tropas se mantêm em Foz do Iguaçu, em Guaíra e em Cascavel desde muito antes da decretação de interesse da segurança nacional para esses municípios. E nunca, naquelas não remotas épocas, ocorreram fatos de gravidade, que não pudessem ter sido solucionados porque o regime não era de exceção.

Se, naquelas épocas, tudo corra bem, e se, hoje em dia, aumentou a cooperação espontânea entre civis e militares, no benefício, mormente, da segurança nacional, por que mutilar a autonomia municipal, por que impedir que se manifeste, soberanamente, nas urnas, a vontade livre do Povo?

x x x x x x x x x x x x

12. — Aliomar Baleeiro levanta uma tese oportuna:

“Fortalecimento do Poder Executivo, com esmagamento do Legislativo e do Judiciário, ou às expensas de ambos, é ditadura, e prova de baixo nível político de um País”.

O cientista social Wanderley Guilherme acrescentou, com propriedade:

“O problema não está no fortalecimento do Executivo, que deve ser forte. O problema está em que ele deve ser responsável. Os Executivos contemporâneos não estão apenas ficando mais fortes, o que é inevitável e indispensável. Mas, eles estão ficando irresponsáveis, o que não é inevitável e não é desejável.”

“O problema não consiste tanto em saber de que maneira frear o poderio do Executivo, mas de que maneira garantir que ele seja responsável. É possível aos membros da comunidade política garantir, ao mesmo tempo, o poder do Executivo, para ele fazer aquilo que deve fazer, e cobrar dele a responsabilidade pelo que fizer. O dilema não é tanto o fortalecimento ou enfraquecimento do Executivo, mas, sim, garantir, ao mesmo tempo, que seja forte, como precisa ser, e responsável, como deve ser”.

Quantos Prefeitos de nomeação apreenderão essa noção de governar, e serão humildes no cargo a que foram guindados?

Eis um pronunciamento do Deputado Célio Borja, ex-Presidente daquela Casa e Professor de Direito Constitucional:

“Eu tenho receio de que a expressão “fortalecimento do Poder Executivo” apenas disfarça o desejo, de classes ou grupos, de uma ditadura permanente”.

Proclama o ex-Presidente da Associação Brasileira de Imprensa e Senador Danton Jobim:

“Sendo (a Democracia) um regime de compromisso, ela procura acompanhar as mudanças da opinião, reflexos das transformações e conflitos sociais, que formam a substância das crises.

No momento, a crise da Democracia ocidental caracteriza-se pela busca de um melhor ajustamento, entre as tarefas cada vez mais complexas do Estado moderno e as práticas

tradicionais do sistema.

O homem do Ocidente deseja um governo mais eficaz, à altura dos desafios da hora, mas não admite renúncia à própria liberdade”.

x x x x x x x x x x x x

13. — A nosso ver, a Assembléia Legislativa do Paraná pode a vir a ter a honra de iniciar um movimento de grande envergadura, de âmbito nacional, se propuser-se a atentar no estudo dos pontos principais desta longa e meditada exposição.

Recorremos ao seu reconhecido patriotismo e ao seu devotado amor à causa da Democracia no sentido de que aprove a proposta que ora submetemos à sua apreciação:

Nos termos do art. 34 da Resolução 11/60, seja instaurado, nesta Casa, uma Comissão Especial de 5 (cinco) membros, de ambos os Partidos, visando angariar, através de acurados estudos, largos subsídios, que venham sensibilizar os altos Poderes da República, — Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário, — em prol da revogação das leis que hajam declarado desnecessariamente, de interesse da segurança nacional Municípios do Paraná e de outros Estados da Federação.

Desejamos que a Comissão Especial pretendida se conduza com isenção, acima de paixões partidárias, visando, tão só, os supremos interesses nacionais.

Tenhamos continuamente na mente a frase de ouro de Afonso Arinos de Melo Franco:

“SÓ SE CONQUISTA A DEMOCRACIA PRATICANDO A DEMOCRACIA”.

x x x x x x x x x x x x

Ao concluir, requeremos que, aprovada a nossa proposição, dê-se ciência do inteiro e fiel teor da presente justificativa aos Exmos. Srs. Presidente da República, Chefe da Casa Civil, Chefe da Casa Militar, Diretor do Serviço Nacional de Informações, Ministro da Justiça, Ministro do Exército, Ministro da Marinha, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Chefe do Estado Maior do Exército, Chefe do Estado Maior da Marinha, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Superior Tribunal Eleitoral e a todos os Membros das Bancadas do Paraná na Câmara dos Deputados e no Senado da República.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de regozijo pelo lançamento do jornal “HOJE”, hebdomadário que a partir do dia 1º do corrente vem sendo editado na cidade de Cascavel, dando-se ciência do presente ao Ilustríssimo Senhor Frederico Leopoldo Safrin Filho, Diretor responsável pelo referido órgão, cujos escritórios estão localizados à rua São Paulo, 309, em Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Um cidade do porte de Cascavel tem necessidade de ser dotada de maiores fontes de divulgação.

O jornal “HOJE”, cuja primeira edição foi publicada no dia do trabalho, surge com excelente apresentação, tendo sido muito bem aceito pelos seus leitores.

Se foi prestigiado pelo povo de Cascavel, a aceitação daquele novel órgão jornalístico deve ser registrada nesta Casa, como um fato digno de louvor, principalmente no que se refere aos esforços dispendidos para que o lançamento desse novo tablóide se concretizasse na Capital do Oeste.

Mantendo uma linha de independência e respeito ao público e à região escolhida para seu nascimento, como almejamos que aconteça, receberá indefinidamente a manifestação de apre-

ço e acolhida demonstrada pelo povo do oeste paranaense.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela passagem do 31o. aniversário de fundação da cidade de Uraí.

URAI foi fundada a 5 de maio de 1936, pelo Sr. Manjiro Watanabe, gerente da Companhia Nambei Tochi Kabushiri Kaisha, proprietário da Gleba onde hoje se localiza o Município de Uraí.

Colônia Pirianito foi a primeira denominação dada ao povoado, que, quando foi elevado à categoria de Distrito Administrativo passou a denominar-se URAI.

Pela lei estadual No. 2 de 10 de outubro de 1947, URAI foi elevada à categoria de Município, sendo desmembrado do de Assaí, dando-se a instalação oficial em 4 de novembro de 1947, quando foi empossado o Dr. João Ribeiro Jr., como seu primeiro Prefeito Municipal.

Pede-se que da decisão desta Casa dê-se ciência ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara Municipal de Uraí.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1977.

(a) Dácio Leonel.

### REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer o encaminhamento de apelo ao Exmo. Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de determinar reparações no acostamento da estrada que liga esta Capital à cidade de Colombo, principalmente no trecho entre Santa Cândida e o Km 4, que se encontra em péssimas condições, ocasionando sérios transtornos, particularmente aos ônibus que fazem o percurso o percurso Curitiba-Colombo e que necessitam com mais frequência usar o acostamento para embarque e desembarque de passageiros, bem como outros veículos que eventualmente usam o acostamento e que, em consequência do mau estado em que se encontra poderá provocar sérios acidentes.

A nossa reivindicação encontra ampla justificativa, se considerarmos ainda que o mau estado do acostamento poderá afetar também o leito da estrada, ocasionando com isso maiores problemas e prejuízos tanto aos usuários, como ao próprio erário público.

Esses os motivos de nosso apelo, que temos certeza, merecerá a proverbial acolhida por parte do ilustre Diretor do DER, que por certo determinará medidas imediatas para a solução favorável, dentro do menor espaço de tempo possível, evitando-se assim o agravamento do problema e suas consequências.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1977.

(a) Nelson Buffara.

### REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requerem a V. Exa. que sejam encaminhados Telex aos Exmos. Srs. General Ernesto Geisel, DD. Presidente da República e ao Ministro Armando Falcão, da Justiça, manifestando o apoio e a solidariedade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, à indicação do nome do Dr. Sívio Romero Stadler de Souza, para ocupar a vaga existente de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

A referida indicação constitui anseio da comunidade paranaense, que terá na capacidade e aptidão daquele jurista,

uma expressão lídima do desenvolvimento jurídico de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1977.

(a) Luiz Roberto Soares e Nilso Sguarezi.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Presidente da SANEPAR, informar a esta Casa, em que fase de execução, encontra-se o contrato de fornecimento de água potável à sede do Município de Iretama, detalhando qual o Investimento da empresa naquele município, deduzidas as importâncias pagas pela Prefeitura à SANEPAR, como participação do município no projeto.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1977.

(a) Antônio Facci.

### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento, em face das informações recebidas de Iretama, município dos primeiros a integrar-se ao Planasa (Plano Nacional de Saneamento), através da SANEPAR, tendo integralizado suas cotas imediatamente após a assinatura da concessão, e que até o momento, a empresa de saneamento do Paraná, não tomou conhecimento da existência do mesmo, a não ser por assinaturas de "papéis". Os reclames da população, exigem providências imediatas. Nada mais justo que esta Casa obtenha as informações, para em seguida tomar o posicionamento que a situação requer.

### REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, preenchidas as formalidades consagradas no Regimento Interno da Casa, requer seja enviado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, assim como ao Sr. Secretário do Planejamento, ao Sr. Prefeito do Município de Maringá e ao Sr. Prefeito de Marialva, enfatizando a necessidade de:

- 1.— Duplicar as pistas da Rodovia de Café, no trecho compreendido entre o início do perímetro urbano do Distrito e Sarandi, Município de Marialva, km 413 dessa artéria rodoviária, até o Parque Industrial de Maringá, situado no km 417, numa extensão aproximada de 3.000 metros.
- 2.— Proceder à duplicação das pistas da Rodovia do Café, desde o chamado "Trevo da Norpa", até o espigão subsequente, conhecido como "Santa Maneta ou 138" em uma extensão de aproximadamente 3.000 metros.
- 3.— Construir-se um trevo ou praça rotatória ou viaduto, dependendo da alternativa técnica eleita pela Secretaria dos Transportes, em frente ao eixo viário principal do Distrito de Sarandi, onde no ano de 1976 teriam falecido 22 (vinte e duas) pessoas naquele cruzamento, dados que poderão ser constatados na Polícia Rodoviária e nos hospitais de acidentados.
- 4.— A construção, ao lado da duplicação das pistas da Rodovia do Café, de uma pista especial para ciclistas ou CICLOVIA, ligando os bairros proletários de Sarandi, onde residem mais de 10000 pessoas, ao Centro de Maringá onde a maioria absoluta desses operários trabalha, para ser racionalizado o transporte de massa que é o preferido pelos operários, desde que haja um mínimo de segurança.
- 5.— A urbanização completa e total do que resultará na maior avenida intermunicipal da região de Maringá, com uma extensão de quase 20 km.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1977.

(a) Renato Bernardi.

### JUSTIFICATIVA:

A simples colocação do problema, em sua divisão em ítem específicos, ilustra sobejamente o fim que se objetiva com a solicitação, era feita. Ocorre que se até a década de 50 a urbanização era um fenômeno organicamente natural na paisagem social brasileira, hoje ela assume proporções realmente alarmantes. Se não, vejamos: enquanto no interstício entre as duas Grandes Guerras, a população urbana do País, concentrada em grandes núcleos, mal ultrapassava de 10 por cento, hoje este percentual chega a 55 por cento, sendo que a maior parte residindo em núcleos urbanos com população superior a 50.000 habitantes, ponto em que começam a surgir os problemas verdadeiramente urbanos.

Prevê-se, a partir do censo de 1970, quando o universo demográfico brasileiro apontava a ultrapassagem dos 90 milhões de seres, a duplicação desse quantum em menos de 25 anos. A maior parte dos demógrafos consultados entende que no limiar do século XXI, o Brasil estará com 210 milhões de habitantes, dos quais 80 por cento ou 168 milhões nos sítios urbanos, sendo que 120 milhões estarão em núcleos expressivos de mais de 100 mil habitantes ou em áreas metropolitanas.

O Norte do Paraná não é exceção à regra; muito pelo contrário. Londrina e Maringá, especialmente tem chamado a atenção de alguns estudiosos pela expansão de seus sítios urbanos, totalmente conduzida pela especulação e pela ação da iniciativa particular. Os grandes problemas já começaram a surgir: erosão urbana progressiva e regressiva, inutilização de vida nos mananciais, contaminação, poluição, estrangulamento viário, vilas sem infra-estrutura, ineficiência de transporte de massa, ausência de lazer, faixas humanas marginalizadas etc.

No momento, o grande problema é a expansão indiscriminada e não ordenada do sítio urbano dessas cidades e sua conseqüente cenurbação com áreas urbanas de municípios vizinhos, com a conseqüente transferência de responsabilidades em assuntos de vital importância para o dia a dia da população, eivada esta transferência pela violentação de direitos fundamentais e inalienáveis de qualquer cidadão, consagrados esses direitos na Carta da ONU, no sangue derramado pelos mártires da Pátria e pela série de homens que se sacrificaram para que o Homem evoluísse.

MARINGÁ não foge à regra, cidade pelo que é, de uma região que se metropoliza celeremente. Em toda região, que se metropoliza é fundamental a definição de seus eixos viários e de seus fluxos internos e externos. A Rodovia do Café, no perímetro urbano de Maringá conhecida como Avenida Colombo, é o grande eixo viário que define o fluxo de Maringá com todo o Brasil, maxime em seu relacionamento econômico: Londrina, Curitiba, Paranaguá, São Paulo, Santos pela direção Leste e Mato Gross, Paraguai, Cascavel, Itaipu, pela direção Oeste.

Ao longo desse eixo, formado pelo trecho urbano e suburbano da Rodovia do Café, está se formando uma ocupação do espaço, definindo um novo sítio urbano. O Distrito de Sarandi, embora fazendo parte do Município de Marialva, está hoje conurbando-se com Maringá e teve um crescimento de 430 por cento em apenas três anos e meio, demonstrando claramente o que se expõe. De seus hoje 16.500 habitantes, a maior parte está integrada por laços de emprego, instrução, prestação e obtenção de serviços com Maringá. O fluxo é constante, tipo cidade-subúrbio, das 5,00 horas até às 23,00 horas, justificando as medidas solicitadas.

A problemática merece um estudo posterior mais aprofundado para se diagnosticar as outras necessidades que uma área metropolitana e em vias de metropolização deve merecer.

#### REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

Os Deputados que ao final subscrevem o presente requere-

rimento, solicitam da Mesa seja constituída uma Comissão de 5 (cinco) Srs. Deputados para representar esta Casa na realização dos festejos do 30o. aniversário de Maringá, assim como a instalação da 5a. Exposição Feira Agro-Pecuária e Industrial de Maringá (5a. Exponág), festejos esses que se estenderão de 7 a 22 de maio de 1977.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1977.

(aa) Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Antônio Facci, Jorge Sato e Gabriel Sampaio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A LIDERANÇA DA BANDACA DA ARENA – Aliança Renovadora Nacional, tendo em vista solicitação regimental desta Presidência, vem enumerar o rol dos Deputados desta bancada, para compor a Comissão Especial, encarregada de realizar e coordenar o IIo. Simpósio Nacional do Soja, a ser promovido por esta Assembléia Legislativa:

#### MEMBROS TITULARES

Werner Wanderer

Egon Pudell

Luiz Alberto Oliveira

Lázaro Dumont

#### MEMBROS SUPLENTES

Basílio Zanusso

Augusto Carneiro

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1977.

(a) Luiz Roberto Soares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A LIDERANÇA DA BANCADA DO MDB – Movimento Democrático Brasileiro, tendo em vista a solicitação regimental para indicação de membros a compor a Comissão Especial encarregada de realizar e coordenar o IIo. Simpósio Nacional do Soja, a ser promovido por esta Assembléia Legislativa, tem a indicar os seguintes Senhores Deputados:

#### MEMBROS TITULARES

Fidelcino Tolentino

Ernesto Dal'Oglio

Nilso Romeu Sguarezi

#### MEMBROS SUPLENTES

Deni Lineu Schwartz

Edilson Alencar Barbosa

Sala das Sessões em 4 de maio de 1977.

(a) Nilso Sguarezi.

#### PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei Número 43/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

ARTIGO PRIMEIRO – Fica declarado de utilidade pública o Conselho Maringaense de Assistência à Mulher, com sede e foro no Município e Comarca de Maringá, Estado do Paraná.

ARTIGO SEGUNDO – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1977.

(a) Jorge Sato.

#### JUSTIFICATIVA:

O Conselho Maringaense de Assistência à Mulher, sociedade civil sem fins lucrativos, é uma entidade com sede no Município de Maringá, neste Estado, que tem por objeto promover por todos os meios a seu alcance o atendimento à mulher em todas as fases de sua vida e de seu ciclo biológico.

A referida entidade reúne todos os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, além do que, presta, inegavelmente, relevantes serviços à comunidade de Maringá, conforme informações que anexamos ao presente, que por si só dão conta das atividades apresentadas pelo Conselho Maringaense de Assistência à Mulher, razões pelas quais achamos de justeza o reconhecimento público.

Nestas condições, é que apresentamos o presente plano

de lei, que temos certeza contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Comemora-se amanhã, o Dia das Comunicações. E sempre que se fala em nossa terra nos meios de comunicações, justo é destacar-se no sul do Brasil, o inestimável serviço das estradas de rodagem e das redes ferro e rodoviárias.

A introdução da máquina a vapor rodando sobre os trilhos aproximou distâncias, mas nenhuma delas foi de importância igual ao telégrafo e ao telefone.

A visão genial do Barão de Mauá se deve a extensão do cabo telegráfico submarino, nos ligando inicialmente à Europa.

E ao patriotismo, a dedicação do grande soldado Cândido Mariano Rondon, o Mal. Rondon, devemos a instalação das linhas telegráficas até a Amazônia legal, numa área raramente povoada, mas habitada por tribos indígenas.

Em tal campanha, que naturalmente teve de encontrar objeções ou reações de índices por verem violados os seus territórios, foi que se destacou o papel como que apostolar do matogrossense Rondon, exigindo que os seus auxiliares no encontro com os “selvícolas preferissem morrer a ter que matar”.

E o papel dos rios navegáveis, em parte o próprio Iguaçu o Tietê das históricas monções ou candeiras, e o velho Rio São Francisco, cuja penetração no centro do território nacional foi como que a penetração da civilização brasileira.

E o que dizer dos caudalosos rios Paraguai e o Paraná, cujas águas são estradas e fontes de imensa riqueza para vários países sul americanos, como o Paraguai, a Argentina e o Brasil em cujo solo eles se formam:

Em 1963, tínhamos quatro milhões e oitocentos mil kilowatts instalados. Hoje, temos 21 milhões e oitocentos mil.

Em 1963, nossa rede de comunicações era extremamente incipiente. Hoje já cortamos a esse País Continente de leste a oeste, de norte a sul, e vencemos a imensidão amazônica, fazendo com que os brasileiros se aproximem através de um sistema racional e eficiente de comunicações.

E dentro de todo o território brasileiro, é precisamente o Estado do Paraná que apresenta, guardadas as proporções de número de municípios de população, o mais desenvolvido sistema de comunicações, em especial com dezenas de municípios dotados de discagem direta à distância.

E, Srs. Deputados, uma realização só é possível graças ao trabalho gerador de riquezas da brava gente brasileira que faz do Estado do Paraná, a sua terra fecunda, generosa, produzir sempre e cada vez mais no razoável espírito de cada homem querer progredir ao mesmo tempo, a que atende ao chamamento do Governo Federal para que sejamos, sem demérito para quem quer que seja, celeiros de alimentos, cada vez mais procurados e necessários em todo o mundo.

No ensejo do “Dia das Comunicações”, rendendo nossas homenagens antes de mais nada ao Mal. Rondon, o “Patrono das Comunicações”, queremos nos congratular com o Ministro das Comunicações Quandt de Oliveira e com o Cel. Waldemar Osvaldo Bianco, Diretor Regional do Dentel, em Curitiba.

Estendemos as nossas congratulações aos funcionários dos antigos Correios e Telégrafos e as antigas companhias telefônicas, hoje incorporadas pela TELEPAR, cujas funcionárias, a qualquer hora do dia ou da noite, sempre estão atentas em suas funções para servirem a todos nós, os usuários de tão magno serviço e que fazem com carinho e dignidade tal, que as recomenda como se fossem os nobres Escoteiros, sempre em estado de vigília, ou “alertas”, pelo Brasil.

E esse é, Srs. Deputados, no Ministério das Comunicações, o prosseguimento de gigantescas tarefas há anos iniciadas, mas que só está sendo levado a termo pelo Governo da Revolução de 1964.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (“Ernesto Gnoato”) — Esta Presidência tem a honra de comunicar a presença no Plenário do Presidente do MDB de Sto. Antônio do Caiuá e Vereador daquele município, e do Presidente da Câmara daquele município, Osvaldo da Purificação. Esta Presidência tem a honra de anunciar também a visita dos Srs. Antônio Faria e Nilson Costa Rezende, do Município de Goioerê.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa de nosso Estado tem publicado com frequência, notícias oriundas do interior, dando conta de que em alguns municípios, membros do MDB propõem a sua autodissolução.

Não queremos comentar as notícias vindas de Fóz do Iguaçu e de Palmas, pois desconhecemos os motivos que levaram aqueles membros de nosso Partido a tomar aquela atitude.

No entanto, ontem e hoje os jornais desta Capital falam de dois pedidos de desfiliação partidária, no município de Umuarama. Do Dr. Germano Rudner, que é suplente de Deputado Estadual e do Dr. Antônio Baena, advogado naquela cidade. Estão estes dois filiados de nosso Partido, aproveitando a situação para colocarem-se no seu devido lugar: fora do MDB.

O Dr. Germano, por exemplo, na campanha de 76 esteve presente nos palanques, dos candidatos da ARENA; portanto, já naquela oportunidade — e não devido a reforma política, ele deixou de pertencer de fato, aos quadros emedebistas. Não tem, portanto, autoridade por não pertencer ao Partido; por não estar enquadrado em sua linha de trabalho, de vir pedir a sua auto-dissolução.

Em verdade não tem culpa a imprensa, porque a informação é apenas vinda de Umuarama, de que estes dois próceres emedebistas pedem a sua desfiliação partidária. O que precisa ser esclarecido e estamos procurando fazer agora, é que homens que se filiam a um partido político apenas para pretender alcançar um cargo ou para fazer oposição em termos locais, aos que mandam no município e nunca ideologicamente afirmados e nem cientes da programação partidária, possam fazer tal estardalhaço, colocando muitas vezes até em dificuldades, a Direção Regional do Partido e as notícias subindo inclusive para a Direção Nacional.

O Dr. Germano, não pode, não deve ser levado em consideração como emedebista. Porque os emedebistas no interior deste Estado, estiveram os candidatos disputando eleições e sofrendo ou apoiando candidatos do MDB. Quantas vezes, sofrendo pressões das mais violentas, mas permaneceram nas fileiras do Partido. E as nossas bases partidárias, Sr. Presidente, estão conscientes; sabem que precisam continuar a luta e vão continuar. Homens apenas como estes que estou citando, é que procuram aproveitar estes momentos psicológicos para fazer, para encontrar uma fórmula de afastar-se do partido político de oposição, porque é mais conveniente, ficar ligado ao situacionismo.

O outro que se afasta, Dr. Baena; — falamos ontem à noite, com o Presidente do Partido, Dr. Ângelo Moreira Fonseca de Umuarama, e ele nos dizia: — olha, Deputado, este companheiro realmente esteve conosco na campanha, mas o motivo que o afasta do MDB não é a situação nacional; o motivo é um emprego público que ele acaba de conquistar aqui no município de Umuarama.

Sem a confirmação por escrito, que não a tenho, mas confiante na palavra do Presidente de meu Partido, que o Dr.

Antônio Buena passou a ocupar um dos cargos de assessor jurídico da Prefeitura Municipal de Umuarama por isso, afastase do MDB, dizendo que não pode concordar com o atual estado de coisas. Por isso, afastase do MDB. Mas, o que eles não podem concordar é ficar na Oposição, porque é bem mais fácil ficar na sombra fresca do grande arvoredor que é esse governo da ARENA.

Bem disse o Dr. Euclides Scalco, Presidente Regional de nosso Partido, que o movimento inicial de dissolução teve aborto, já está abortado, não mais vai prosseguir.

As nossas bases estarão firmes quanto estiveram desde a fundação neste País. Sempre teremos dificuldades aqui e ali. Mas, a maioria dos filiados do MDB, a grande maioria esmagadora, a maioria dos membros de nosso Partido, estão convictos, mais do que nunca, que agora é a hora de se fazer oposição neste País, porque vem aí a grande campanha da constituinte para nossa Pátria, e ela será encetada da base para cima, como estamos fazendo, e o trabalho será com base nos diretórios, será com base nos homens firmes e decididos.

Estamos dispostos a lutar pelo engendramento de nossa Pátria.

Muito Obrigado.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).  
O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste plenário, do Sr. vice-Prefeito de Tomazina, Sr. Darci Gouveia.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, terceiro orador inscrito.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE (“Ernesto Gnoato”) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, quarto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é, não seria, e jamais poderia admitir que fosse verdade que algum Deputado, desta tribuna, algum Deputado de algum lugar deste País, algum Deputado de qualquer Parlamento desta Nação, dissesse que o atual sistema de governo é o sistema capitalista que açambarca, a todo o instante, e na constância dos dias, da economia popular, violentamente, e já não se sabe até quando, resistirá o povo brasileiro.

Amanhã, nova alta de gasolina. Consequentemente, nova alta do custo de vida, custo de vida incontornável, empobrecedor, violento e proliferador da miséria deste País.

Hoje, uma nova ordem emanada do Banco Central, para que os estabelecimentos bancários cobrem, passem a cobrar a reformulação do cadastro de seus clientes. Isso é verdadeiro assalto à economia popular, porque, o cidadão faz seu cadastro hoje, se daqui 90 dias, precisar de um empréstimo do Banco do qual é cliente, terá que renovar seu cadastro. E isso por ordem do Presidente da República, através do órgão competente, ou seja, o Banco Central. O Bando do Estado do Paraná, por exemplo, a partir de hoje, irá cobrar 50 cruzeiros.

Outros Bancos cobram 100, 110, 150 e não há nenhum critério. O único critério definitivo é aquele: “Avance-se na economia do povo” enquanto o mesmo ainda tem condições.

Está aí a taxa rodoviária. Vergonhosamente acintoso é o aumento violento desta taxa que se elevou, em 13 meses, em mais de 35 por cento.

Está aí o seguro obrigatório que, em menos de dois anos se elevou de 50 cruzeiros para 332 cruzeiros.

Não se pode admitir Sr. Presidente, não se pode aceitar jamais, de consciência plena que um País possa ir bem, se a sua Democracia é esfolada.

Se o direito de falar é escondido. Se o amordaçamento é estipulado às representações de classe e organizações sindicais.

Não se pode admitir que um País possa se desenvolver quando prevaricam o direito de seu povo de reclamar, de queixar. A grande verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que ca-

minhamos a passos largos para o caos, para o desequilíbrio total, para a miséria total. O Governo tem que entender que é a sua função governar com justiça, com sentimento, com o pensamento de proteção ao povo.

O Governo tem que entender que só é Governo dentro da estrutura que não foge aos preceitos democráticos do direito e da liberdade, acima de tudo, de reclamar contra estes avançados e violentos assaltos à economia do povo.

Mas continuaremos falando, Sr. Presidente, durante todos os dias de nosso mandato. Não importa quantos dias este mandato possa durar. Embora sabendo que estas palavras ficarão entre estas 4 paredes.

Porque os que podiam entender e têm discernimento para o entendimento, não querem entender. Os que podiam ouvir e sentir que é preciso mudar, não querem mudar.

Oxalá não seja tarde demais, para que se acordem do sono latente que dormem as autoridades não iluminadas deste País, que avançam na economia popular. Avançar na economia popular é destruir as condições do próprio crescimento do País, do Estado e da Nação.

Deixamos aqui, Sr. Presidente, nesta oportunidade, o nosso protesto pela última ação de avançamento na economia do povo. A obrigação de pagamento de cadastro bancário. Dinheiro do povo servindo holigarquias e grupos para que neste dinheiro se cobrem juros de capital e correções monetárias, o bom dia e a boa tarde do gerente e dos funcionários destes grupos famigerados que se rodearam em torno de um Governo, que não entende que governar é fazer justiça ao povo.

Obrigado.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).  
O SR. PRESIDENTE (“Ernesto Gnoato”) — Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença, neste recinto, do Presidente da Câmara de Vereadores de Goioerê e o Vereador de Goioerê, Dr. Leônidas de Souza Grato, Leonildo de Souza Grato e Dr. Lourival Silva Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, quinto orador inscrito.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
11 municípios paranaenses vivem em estado de hemoplegia política. São aqueles considerados municípios de segurança, em área de interesse da segurança nacional, e a Capital do Estado, onde o povo não tem o direito de eleger o seu Prefeito Municipal.

Há dois anos atrás solicitamos desta Casa, a instalação de uma Comissão Especial com o objetivo de oferecer subsídios às autoridades constituídas desta Nação, comprovando, com fatos e dados objetivos, a ineficácia da medida adotada no nosso, e em outros Estados da Federação brasileira.

Hoje, novamente solicitamos o restabelecimento daquela Comissão e pretendíamos abordar esta matéria complexa, no Grande Expediente.

Tentaremos, apenas apresentar um breve resumo em que inicialmente se observam as medidas que podem ser aplicadas a qualquer prefeito eleito, mesmo nos municípios considerados como áreas de segurança nacional.

Em primeiro lugar, ele teria contra si o § terceiro do art. 15 da atual Constituição, que assegura a intervenção do Estado, inclusive em casos de atos subversivos e de corrupção;

em segundo lugar, a fiscalização financeira e orçamentária realizada pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo Tribunal de Contas da União e é de tal ordem, que os Prefeitos se acham permanentemente presos numa camisa de força;

em terceiro lugar, a legislação sobre crimes de responsabilidade é tão farta e tão completa, que ninguém em juízo não praticaria um ato para incorrer em qualquer dessas determinações legais,

Mencionamos algumas:

A Lei 1.079 de 10 de abril de 1950, que discrimina



os crimes de responsabilidade dos chefes do Poder Executivo e o procedimento legal a ser definido em cada caso; a Lei 3.528 de 3 de janeiro de 1959 sobre o mesmo assunto, que veio a ser revogada pelo Decreto-Lei 201 de 27 de fevereiro de 1967, e que ampliou o campo repressivo; a Lei de Segurança Nacional, de 1953, que veio a ser substituída pelo Decreto-Lei 898 de 29 de setembro de 1969, mais extensa e mais drástica, indo até à prisão perpétua e à pena de morte para crimes mais graves.

O Código Penal numera todos os crimes comuns e todas as contravenções, com as respectivas penalizações, de modo que o contrabando, o tráfico de tóxicos e outros crimes deste jaez são devidamente configurados. Consequentemente, não há razão de ter, um Estado, um Prefeito eleito pelo Povo, em município de área de segurança Nacional, que, eventualmente pratique qualquer tipo de contravenção ou qualquer tipo de ato que envolva a probidade administrativa, possa deixar de vir a ser punido.

É de se lamentar que apenas não haja eleições para Prefeito, pois os demais Poderes funcionam em perfeita harmonia, quais sejam, o Legislativo através das Câmaras Municipais, e o Judiciário, sendo que alguns municípios são sedes de comarca.

Outros organismos comunitários participam da vida desses municípios, como: a Legião Brasileira de Assistência, a Cruz Vermelha Internacional, o Instituto Nacional de Previdência Social, o Funrural, Institutos, Rotarys, Lions, Sociedades Operárias, Sindicatos, Lítérios-Musicais e etc. e, não poderíamos deixar de fazer uma referência especialíssima aos municípios de Guaira e Foz do Iguaçu, onde unidades do Exército estão sediadas, nestas cidades, bem como em Cascavel onde se aquartelam também batalhões da Polícia Militar do Estado e demais unidades militares, exemplo de civismo e disciplina, fatores de garantia à ordem e tranquilidade públicas. Elas cumprem, rigorosamente, seu dever e vigiam, permanentemente, as nossas fronteiras recebendo, em troca, o respeito das populações ali radicadas.

Como representantes do povo deste Estado, sabem os Srs. Deputados que a frase de Afonso Arinos de Melo Franco é da maior importância em busca do regime que todos desejamos; — só se conquista a democracia, praticando a democracia. Disse ao início do nosso pronunciamento, que o trabalho que justifica a solicitação desta Comissão Especial, fundamentada no Regimento Interno desta Casa, é bastante intensa. Mas, temos absoluta certeza que os Srs. Deputados, efetivamente, desejam o restabelecimento pleno da democracia em todos os municípios brasileiros e, por esta razão, darão seu indispensável apoio para que esta comissão possa buscar, com ajuda de todos, subsídios que, por certo serão recebidos com a maior gratidão por parte de todos que desejam efetivamente, o restabelecimento da democracia em nosso Estado e em nossa Nação.

Muito obrigado. — (COM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE ("Ernesto Gnoato") — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, sexto orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As manchetes dos grandes jornais deste País, perplexos com as últimas medidas do Governo Federal, especialmente, aquelas que procuram situar o Governo nesta voragem de recolhimento, vêm tecendo especial consideração à elevação da taxa do confisco cambial do soja.

Hoje, deixar de produzir soja, representa comprometer, efetivamente, a segurança nacional, porque daria ensejo a uma queda na produção e também na conquista de divisas que poderia até sufocar a soberania nacional. Quando o Governo elevou, ou quando o Governo instituiu o confisco cambial do soja, ao percentual de 7 por cento, houve uma manifestação geral das classes produtoras e da indústria de um modo geral, tecendo veemente protesto contra a medida que chega a ser

extorsiva por parte do Governo Federal.

Recentemente, tendo em vista a inépcia de quantos deveriam operar para gerir os negócios do Estado, para gerir os negócios da economia agrícola, deixaram de fazê-lo, propositadamente ou não, o Governo se viu protegido e apoiado por vários Governadores, ou melhor, por alguns Governos que poderiam tomar a iniciativa de ponderar as áreas econômicas dos Ministérios deste País, para evitar que o confisco fosse estabelecido. Depois que se passou este fogo fátuo a respeito desse posicionamento oficial, a alta do preço na cotação do mercado internacional apagou, por assim dizer, aquela temerária posição inicial do Governo. Com a elevação do preço a nível de mercado internacional, o Governo se atribuiu o absurdo da competência abusiva de elevar de sete para 12 por cento este confisco. Recentemente, na região Oeste do Paraná, quando dialogávamos com os Diretores da Cotriguaçu, com Diretores de Cooperativas Mistas daquela região sentíamos a perplexidade, a preocupação e a apreensão dos homens que dirigem as grandes associações congregadas nas cooperativas.

E o órgão máximo da região Oeste do Paraná manifestara o seu desalento pela falta de uma filosofia concreta, objetiva e real do Governo. E aqui mesmo, nesta Assembléia, depois de haver até polêmica parlamentar, em que nós procurávamos equacionar o problema da produtividade e da colocação desse produto no mercado, algumas vozes isoladas buscavam satisfazer, solapar a objetividade do pensamento, que não é outro senão da classe produtora deste cereal, desta leguminosa, sobretudo do Paraná, que é um dos maiores produtores mundiais deste produto.

É de se espantar, depois de ver o Governo se arvorar ao arbítrio de fazer reformas políticas, reformas constitucionais, vem inesperadamente mais uma vez, solapar a pretensão dos agricultores que só sabem produzir, só sabem aguardar, só sabem dizer Amém e só sabem obedecer ao Governo, porque os propósitos maiores deles é um trabalho produtivo, continuado e permanente para a grandeza da economia deste Estado.

É com consternação que venho expressar o pensamento e o repúdio que a região Oeste do Paraná, sobretudo das organizações que congregam os agricultores, têm manifestado na imprensa. E externo também a preocupação com que a medida do Governo veio colher a agricultura sojeira.

Por outro lado, quando se debate este tema que vem comprometer, até quem sabe a produtividade nacional, questiona-se também que o Governo propala financiamento para a extensão das áreas ...

O SR. PRESIDENTE ("Ernesto Gnoato") — Esta Presidência lamenta informar que V. Exa. só tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... Quando o Governo informa pela imprensa, que estão abertos os financiamentos, venho de Cascavel com um dos maiores agricultores individuais do Paraná, Sr. Genuino Rebelato, a buscar a proteção do Banco do Brasil que anunciava financiamento para a destoca. E a destoca permitida à base de nove mil cruzeiros por alqueire, quando ele peticiona o suporte para 300 alqueires, depois de já ser produtor de 1.300 alqueires. Eis, que o Banco do Brasil, limita em 600 mil cruzeiros o seu financiamento. Não se compreende a política do governo, que chega nas bases apenas para pedir produção.

E é oportuno, que tenho às mãos, um requerimento do qual também sou subscritor, cujo teor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o seguinte, de autoria e iniciativa do Deputado Nilso Sguarezi: (LÊ): "Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e tendo por base a decisão plenária do Io. Simpósio Nacional do soja, realizado em Porto Alegre, em agosto de 1975, requerem seja constituída uma Comissão

Especial, formada de 7 (sete) membros, com prazo de oito meses, para realizar e coordenar, no segundo semestre deste ano, nesta Capital o IIº SIMPÓSIO NACIONAL DA SOJA, patrocinado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1977.

(aa) Nilso Sguarezi, Ernesto Dal'Oglio, Egon Pudell, Fidelcino Tolentino, Luiz Alberto Oliveira, Lázaro Dumont, Werner Wanderer.

Este, Sr. Presidente, vem roborar a preocupação que os parlamentares, que aqui para esta Casa vieram, no sentido e no propósito de desempenhar a sua missão de servir à causa da justiça, o que muitas vezes falta visão ao governo entender.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, sétimo orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente a explanação do ilustre Deputado Lúcio Machado, quando ele dizia que um Deputado, desta tribuna, defendia certas situações transitórias em que o governo muitas vezes, é obrigado a lançar mão.

O ilustre Deputado Lúcio Machado, esqueceu-se talvez porventura, talvez por estar meio esclerosado de dizer o nome do Deputado que falou, que foi o Deputado Gabriel Manoel. Então, apenas para discordar e apenas para um pequeno diálogo quando ele diz, que o que se diz aqui, fica entre quatro paredes. O que se diz aqui, Sr. Presidente, não fica entre 4 paredes porque nós temos a imprensa livre, nós temos os homens da imprensa, os homens que têm o tirocinio de publicar, de levar ao povo o que se fala aqui dentro. Então, neste ponto, discordo do eminente Deputado Lúcio Machado, ou então haveremos de duvidar, como diz V. Exa., da reputação e da lealdade do povo da imprensa.

Diz também, o dinâmico parlamentar em sua euforia, de que o Banco do Estado cobra 50 cruzeiros para uma guia e os outros Bancos cobram 100, 150 cruzeiros. Ora vejam, o paralelo que é feito pelo ilustre parlamentar. Se o Banco do Estado cobra 50 e os outros 150, graças a Deus e a Jesus nas Alturas, que nós temos o Banco do Estado, dirigido pela equipe Jayme Canet. Quando se briga, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na Itália, na Irlanda, na Argentina, onde se diz ter democracia plena, aqui no Brasil como dizíamos nós anteontem, e cansamos de dizer desta tribuna, vamos caminhando para o mar da tranquilidade.

O Brasil é o exemplo. O que não disse o nobre companheiro do MDB, foi que o petróleo sobe em nível internacional, o petróleo nós apenas produzimos 20 ou 22 por cento, apesar de todo o esforço da PETROBRÁS do petróleo consumido em nosso País.

A Argentina, que está ali, é um país vizinho, acaba de subir a sua gasolina em 100 por cento, e na Argentina dizem as estatísticas, que são 90 por cento de seu petróleo produzido em seu País. Sabemos perfeitamente, que o povo está sofrendo em crise, mas, como sofre o povo, sofre o Governo da República, sofrem todos os brasileiros, para que amanhã ou depois, nós possamos ter um clima de tranquilidade, para que o Brasil, Srs. Deputados e Deputado Lúcio Machado, possa dar para os nossos filhos, uma tranquilidade que há de vir. Há de vir, Srs. porque enquanto o povo da ARENA espalha a paz, a tranquilidade, alguns Deputados afoitos do MDB vão atrás espalhando discórdia entre irmãos, procurando trazer a incompreensão no seio da família brasileira. Enquanto nós, os arenistas, fomos à praça pública, porque nosso mandato foi outorgado, foi outorgado pelo povo, pelo voto popular. E iremos em 78, se Deus quiser, enfrentar o povo de cabeça erguida, para que o povo saiba que também sabemos defender. Defendemos por um prisma diferente, defendemos por um prisma de paz, de fraternidade e tranquilidade.

Sabem os Srs. Deputados e sabe perfeitamente o ilustre

e inteligente Deputado Lúcio Machado, que o Governo Federal não quer outra coisa a não ser acertar pelo bem desta bandeira auriverde pendão da esperança. Pela esperança, Deputado, pela esperança de dias melhores, que o governo tem feito para que dê tranquilidade para o nosso povo. Tem feito para que este Brasil continue a sua trajetória, para que estas terras de Santa Cruz seja uma terra de paz, de tranquilidade, de prosperidade. Sabemos perfeitamente, ilustre Deputado, que V. Exa. não fala de coração. Vê o nosso progresso. V. Exa. vê o progresso brasileiro; vê a imagem de nosso País em outros países, V. Exa. vê aqui pertinho, uma Argentina tumultuada. V. Exa. vê lá longe, uma Arábia que tem petróleo, onde irmãos matam irmãos, e nós aqui estamos tranquilos.

V. Exa. fala que não existe a palavra livre; V. Exa. vem a esta tribuna atacar o Governo e atacar a S. Exa. o Sr. Presidente da República, porque ainda aqui existe a Democracia; porque aqui é respeitado e somos respeitados.

Eu lhe direi, Sr. Deputado, dentro de um esquema, que dentro da vossa consciência, V. Exa. está errado quando vai à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, Sr. Presidente.

... vai à tribuna e não cita o nome do colega que falou.

Errar é humano e perdoar é divino.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra ao oitavo orador inscrito, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo, nesta oportunidade, não me referir, não falar, sobre o confisco da soja; não devo também falar sobre problemas de transportes coletivos no nosso Estado; ou nem sequer de saúde ou de educação. Mas devo, como político, referir-me àquilo que me propus a falar hoje, aquilo que, como homem, como político e como partidário, como emedebista, falar e me reportar ao que eu entendo que seja certo, aquilo que seja condigno daquilo que se propõe a ser realmente político no atual sistema.

Vi e senti, pela pouca idade que tenho, muitos jovens, a sentir e a ver, perante seus semblantes, o que têm sentido nesses anos, de 64 para cá, principalmente. Há aqueles que escolheram o caminho que escolhi, há aqueles que sentem o que sinto, há aqueles que têm vontade de fazer o que eu tenho vontade de fazer.

Nesta semana, tive notícias, recebi de companheiro que chamo companheiro agora, do MDB do Paraná, lá da longínqua Umuarama, senti e vi, companheiro nosso, mostrar através de carta enviada a todos os Deputados do MDB, desta Assembléia, que não tinha, que não conseguia mais ter condições de pertencer, de ficar no Partido da Oposição. Um suplente de Deputado Estadual, do MDB, médico, Sr. Germano Rudner. E ao receber aquele xerox de uma carta mandada ao Presidente do MDB, em Umuarama, senti-me constrangido, senti-me até humilhado, porque vi mais um que não suporta, que não pode suportar o que suportamos! Mas, é fácil de analisar o que esse homem fez. Mas, é muito fácil de se entender o que aquele candidato do MDB, de 74, propôs, é muito fácil dizer o que ele pensou e nos mandou naquele comunicado. Quando não se tem, dentro do que se tem, quando não se tem o que se sente, quando apenas se coloca para fora o que não se sente, é fácil colocar o que colocou aquele nosso ex-companheiro.

No meu entender, e no entender daqueles que sentem, é difícil colocar, quer por palavras, quer por escrito, o que se viu colocado através daquele xerox, dizendo que não quer mais ser "bobo da corte!" Mas, eu me proponho a ser "bobo da corte"; eu me proponho a defender, até o fim, aquilo que ele não quer, aquilo que ele não sente. Mas, eu sinto e quero. E ele não sente e não quer.

Não importa, talvez, o risco ou o entendimento que eu

tenho. O importante é o que eu sinto e o que eu quero.

E quero, nesta oportunidade, dizer aos companheiros desta Assembléia...

(Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Presidência lamenta informar V. Exa. que lhe resta apenas um minuto para concluir.

O SR. ADALBERTO DAROS — Obrigado, Sr. Presidente, já concluirei.

Quero dizer que sinto e que eu quero porque existem homens que nunca sentiram ou quiseram, porque entendo que, por menor que seja a minha atitude, por menor que seja a minha vontade, sempre será minha, sempre será daqueles que me acompanham dentro do meu Partido. O importante é isto.

Razão pela qual tive a obrigação e tive a oportunidade de vir a esta Assembléia para repudiar o que aquele companheiro de Umuarama fez. Companheiro e ex-companheiro, como bem disse no seu xerox. Mas, o importante é que se diga que não importa que um saia e o outro cáia. A luta continua.

Não importa que se reforme o mundo. Não importa que se reforme tudo. O importante é vontade e o pensamento da pessoa humana.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, no Grande Expediente.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ontem passou por esta tribuna o ilustre Deputado Jurandir Messias, tecendo comentários acerca do divórcio. Tema bastante em voga na atualidade. Hoje, ocupo esta tribuna para oferecer a esta Casa e, ao Paraná, o nosso ponto de vista a respeito do divórcio, ontem bastante comentado neste plenário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Congresso Nacional debate esta semana a emenda à Constituição que institui o divórcio gradualístico no Brasil.

A emenda do Senador Nelson Carneiro e outros, está sendo objeto de amplas discussões no seio da opinião pública.

Mas, o Parlamento Brasileiro, ou melhor dizendo, o parlamentar brasileiro não se deu conta de que comete grave erro político e institucional. O assunto divórcio não é um problema técnico e nem jurídico.

Como em toda a parte do mundo, as questões sobre a organização da família constituem uma área em que, mesmos os regimes discricionários, não se atravem a impor sem antes consultar tendências e desejos da maneira mais clara e inequívoca.

O Congresso Nacional, às vezes cioso de sua prerrogativa, está imitando o Governo, está legislando sem legitimidade, sem competência explícita. O Congresso Nacional não tem o direito de decidir desta forma a questão da organização da família porque qualquer que seja a intenção gradualística, o atual Congresso Nacional não tem o direito de fazer remendos na organização familiar brasileira; aliás, esta é uma questão que o povo não delega a ninguém para decidir por ele.

Creemos que não há dúvida sobre a ilegitimidade de o Congresso Nacional avocar-se uma representação maior do que a que tem. Aliás, depois que o Congresso Nacional — à exceção de algumas vozes — decretou por coonestação que o povo está até formalmente destituído dos seus direitos políticos inalienáveis, não tem mais competência para coisa alguma.

No máximo o atual Congresso Nacional é um fórum político, onde faltam as vozes mais representativas dos interesses populares. Sua representação ficou também indireta e incompetente. E assim fica muito evidente que o atual Congresso Nacional não pode e não deve tomar decisões sobre a organização da família brasileira.

Senhores Deputados:

A questão é muito clara: o atual Congresso Nacional não

realizou nenhuma campanha de opinião pública, nenhuma consulta junto ao povo brasileiro, para avocar-se a questão de decidir sobre a organização familiar. Além do mais, perante a opinião pública brasileira, o atual Congresso Nacional está destituído de responsabilidade, quando — sem poderes para fazer isso — deixou de dignar-se representar a voz do povo nas grandes decisões nacionais. Não só se submeteu a uma medida de força e arbítrio do governo, como a coonestou, desmerecendo-se.

E então como se atreve a avocar-se o poder de decisão?

O Congresso Nacional acostumou-se à usurpação de poderes?

Em assunto dessa ordem, somente um amplo referendo popular, e não só com eleitores e sim com todos os brasileiros maiores de idade, poderá garantir que se adota a expressão da vontade da maioria do povo. Porque este hábito de um grupo decidir pela Nação, de algumas dezenas ou centenas de políticos decidirem pela Nação; de alguns milhares decidirem por dezenas de milhões, isto não é mais aceitável.

Já não se trata de estabelecer um divisor de águas entre divorcistas e antidivorcistas entre os parlamentares, forçando a nação a se degladiar sem instrumentos de análise, para chegar à divisão e ao ódio. Não se trata de que posições são mais razoáveis sobre tal assunto.

Toda a nação consciente sabe que um problema com as dimensões do divórcio precisa ser tratado por muitos ângulos: as condições de vida e os hábitos culturais do povo; a organização familiar que responde não só a um sistema produtivo mas a hábitos e tradições de cultura; as relações e os direitos da família e na família; os direitos dos cônjuges e dos filhos; as condições e direitos dos filhos menores; particularmente na primeira infância e até à puberdade. As garantias de pensão, assistência social e educação das crianças. Enfim, um complexo de problemas sociais, muito sérios e graves, para que se os aumente a partir de uma discussão que deveria ser o final.

Somente um amplo e profundo debate nacional sobre a questão, estaria instrumentado um Congresso Nacional respeitador e representativo da vontade popular para decidir a questão.

E não só uma temeridade e uma usurpação, como um grave erro político e social que levará a aumentar os problemas brasileiros, em vez de resolvê-los. Não podem os homens conscientes compactuar com o oportunismo político.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveito a oportunidade para apresentar a esta Casa o seguinte requerimento:

Concedo o aparte ao eminente Deputado Lúcio Machado.

O Sr. Lúcio Machado — Nobre Deputado Edilson Alencar.

V. Exa., na prática, aborda o fato de forma surpreendente. O projeto do divórcio deveria ter suas raízes justificativas, na manifestação popular do povo brasileiro, porque subentende-se que o casamento não pode ser dissolvido; não, simplesmente, pelo sentimento psicológico, ou pelo sentimento cristão-religioso. Ele não pode e não deve ser dissolvido de forma alguma pelo sentido objetivo da família.

O plebiscito seria o fato mais importante como veio argüir V. Exa. desta tribuna.

Entretanto, discordo com V. Exa., data vênica, quando diz que o Congresso perde sua condição no tentar legislar sobre fato desta natureza. Sabe-se, perfeitamente, que a instituição do casamento civil, neste e em outros países, se alcançou através do sistema legal, pela lei. E, como instituidor, lembro-me ainda que li na história, o instituidor do projeto, o dono do projeto, o grande jurista Rui Barbosa, eu disse ontem, se estivesse hoje de pé, se fosse hoje representante da Nação no Congresso Nacional, estaria ao lado da instituição do divórcio no País, porque o divórcio, virá, sem dúvida alguma, resolver problema social de alta relevância. Construam-se cadeias, quando quiser, entretanto, se não houver delinquentes, as cadeias permanecerão

vazias. Prova está aí, nos Estados Unidos, onde o divórcio é uma constante, entretanto, o número de divorciados não corresponde a 10 por cento, segundo estatística recente, em comparação aos separados neste País. Acho que V. Exa., nobre Deputado, tem razão ao pensar e sentir que deveria se fazer um plebiscito, ouvir o povo brasileiro para, depois, fazer, encaminhar o projeto do divórcio no Brasil.

Entretanto, discordo de V. Exa., quando retira as prerrogativas do Congresso Nacional, em legislar fatos desta natureza.

Parabéns por seu pronunciamento e a minha constatação é simplesmente para elucidar o brilhante pronunciamento de V. Exa., nesta tarde.

**O Sr. Basílio Zanusso** — V. Exa. me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Edilson Alencar. Também quero cumprimentá-lo pelas palavras que V. Exa. fala da tribuna sobre um assunto de alta indagação e de alta discussão, em todo Brasil, nos dias atuais.

Mas, mais do que o divórcio em si, V. Exa. aborda um assunto também, que é da interrogação da conveniência ou da oportunidade, no que eu concordo, plenamente, com V. Exa. Da consulta popular, será que o Congresso deve votar matéria de tamanha importância para a sociedade brasileira, para a família brasileira? Será que o povo, será que as pessoas maiores, os brasileiros não deveriam ser consultados? É a indagação que faz V. Exa.

Eu, neste aparte, é para cumprimentá-lo na oportunidade. Quanto à tese se o Congresso tem competência ou não, e eu acho que tem, não sei se foi bem assim que V. Exa. colocou, pelo menos eu acho e é convicção minha de que deveria existir uma consulta popular, dada a relevância do assunto. Porque somente assim poderia o Congresso, depois de ouvida a opinião pública, nesta consulta popular, votar a matéria.

Muito obrigado.

**O SR. EDILSON ALENCAR** — Agradeço o aparte do nobre

Deputado Basílio Zanusso. E, em resposta, poderia afirmar que o nosso pensamento da necessidade da consulta popular, não seria desmerecer o Congresso Nacional, mas dar a ele oportunidade para que mais conscientemente, depois de ouvir as bases, as posições, o povo brasileiro, votasse essa lei com mais serenidade, com mais tranquilidade, com mais ponderação.

Fez-se esse plebiscito na Itália, mesmo após a sua aprovação. Antes da sua promulgação realizou-se, na Itália, um plebiscito, e o povo votou favoravelmente ao plebiscito e ao divórcio. E foi este o nosso ponto de vista e o nosso apelo, feito através do nosso pronunciamento.

**O Sr. Adalberto Daros** — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro Deputado Edilson Alencar, louvo a sua atitude. V. Exa. propõe que na nossa Pátria, no nosso Brasil, se faça um plebiscito para se ter um resultado convincente com relação à instituição do divórcio em nosso País, ou não.

Mas devo, nesta oportunidade, dizer a V. Exa. que o contesto como bom amigo e como Deputado companheiro de bancada, porque entendo que o próprio Governo Federal não propõe a nós, MDB, nem o plebiscito e nem eleições diretas nacionais, porque não propõe a nós, torno a dizer, nem o plebiscito e nenhuma eleição direta nacional. Propõe apenas eleições para as Assembléias Legislativas, se é que vai propor o ano que vem, se é porque tenho certeza, propõe a nós eleições para o Congresso Nacional, apenas pela metade, porque propõe apenas a eleição de um Senador para o Congresso Nacional e aleja os dois Partidos, no que diz respeito a eleição para os dois terços. Propõe apenas que o MDB ou a ARENA eleja um Senador; propõe apenas que o MDB e a ARENA eleja Deputados Estaduais no Estado e Deputados Federais da forma como V. Exa. conhece, sem o rádio, sem a televisão, sem sequer

nada.

Propõe V. Exa., como disse no começo, um plebiscito nacional. Ao Governo cabe sempre, por ato de força como tem feito, baixar através dos atos de força que colocaram a nós, políticos, que colocaram ao povo brasileiro, a diminuir de dois terços para a maioria absoluta a vontade do Congresso agora quando lhes permitiu, quando era vontade deles, fazer isto, mostrar isto; quando não tinham a força necessária do Congresso, a mostrar através dos 2/3 necessários que dizia a nossa Constituição, e se propõe agora apenas à maioria absoluta. Razão pela qual, contesto V. Exa. no que diz respeito ao seu pronunciamento, porque acredito que se hoje, se vê a maioria da Igreja contra ao que se propõe no Congresso Nacional, ou seja, o divórcio. Quando se vê que muitos Deputados que votaram já, contra o divórcio hoje, a bater o pé talvez, mas aceitaram a minoria, a maioria absoluta, porque faziam parte do Governo que impôs a maioria absoluta. E hoje batem o pé dizendo que não querem, o que será realidade.

Quero dizer a V. Exa., se tivesse no Congresso Nacional, se me dessem a oportunidade de votar no Congresso Nacional, votaria a favor do divórcio. Não devo aqui nesta oportunidade, talvez discutir com V. Exa. o porquê da minha atitude se estivesse lá. Mas devo dizer a V. Exa. que dos males piores, muitas pessoas e muitos Deputados, não fizeram ainda uma comparação entre as leis que temos hoje, nos nossos códigos, da leis que temos hoje, que regulam a existência entre duas pessoas, a confraternidade entre duas pessoas, muito dos Parlamentares desta Assembléia mesmo, não fizeram comparação ainda talvez, do que possa resultar o desquite, ou do que possa resultar o divórcio. Razão pela qual, meu caro Deputado, eu quero me congratular com V. Exa. pela sua coragem e pelo seu pronunciamento, mas quero dizer a V. Exa. que contesto. Contesto porque entendo diferente tudo aquilo que V. Exa. diz. Razão pela qual, quero perante esta Assembléia, dizer que compactuo com aqueles que propõem a implantar neste País, o divórcio. Porque tenho visto e sentido, não só nesta cidade que represento como Deputado, mas por todo este Estado e por todo este País, onde eu tenho ido, que realmente, não existe, da forma como se propõe o divórcio muita diferença o que existe, é uma resistência, meu caro Deputado, mas quero, para completar e para finalizar, congratulo-me com V. Exa. mais uma vez, e quero deixar mais algum tempo para V. Exa. concluir e dar os parabéns a V. Exa.

**O SR. EDILSON ALENCAR** — Agradeço o aparte do nobre

Deputado Adalberto Daros, que veio realmente trazer um outro ponto de vista, não em acordo com o nosso, mas que respeitamos as suas ponderações.

Tem o aparte o Deputado Fidelcino Tolentino.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Deputado Edilson Alencar, eu

estou perplexo por dividir de toda a imprensa, da questão do divórcio, eu levanto uma preliminar, de que é lamentável que se fale num destacamento de um problema social eminentemente eletista, quando o Parlamentar deveria tratar de temas de muito mais substância tanto no plano institucional, como no plano econômico-financeiro e até mesmo no plano social.

Penso, discordando de V. Exa., não quanto ao mérito, porém quanto à oportunidade do debate sobre o assunto. Neste momento, em que o Parlamento Brasileiro, solapado ao querer transpor uma ponte e ao estar no meio desta ponte, se viu obrigado a refugiar-se de um petardo de dinamite que o Governo soltou em cima desta ponte. E é me penitenciando que eu ofereço este aparte a V. Exa. Porque o propósito do Governo é um propósito político de resultado previamente marcado: sufocar o ímpeto dos Parlamentares no trato de temas de grande importância.

E o Governo divide as opiniões, cria alternativas, duvidosas, busca a modificação de costumes políticos; confunde a tradição e a ordem social e familiar. E aí estão os primeiros refle-

xos do casuísmo que o Governo acaba de implantar.

Se esquece das árvores e parte-se para os frutos apodrecidos. Seria de todo aceitável o debate da instituição da dissolubilidade do matrimônio, se tivéssemos no País a normalidade jurídico-constitucional. Ocorre que a Nação vive apreensiva, atônita, ante os titubeios do Governo tanto no plano econômico como no plano diplomático, quanto à política energética, a política de preços, resultante das distorções econômicas. A política de energia e tantos outros temas do interesse da segurança nacional, efetiva e permanente.

Por essa razão é que eu lamento que, em tantos Paramentos Estaduais, Municipais e até no Federal, se busca esta forma paliativa de se ocupar o encargo dado pelo povo. É lamentável que, quando se debatem problemas mais profundos, angustiantes e frustrantes da vida nacional; eu que o povo brasileiro procura se situar, se acomodar num posicionamento de segurança efetiva e de continuidade no relacionamento da família, tenha a debate, temas dessa natureza.

Não entro no mérito, porque acho inoportuno até se debater sobre o divórcio. E esta é razão que me preocupa, Deputado. Porque se deixássemos postergado este tema para a oportunidade mais adequada, quem sabe, nós valorizaríamos mais a nossa missão de legisladores.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, que com a sua cultura já testada nesta Casa, veio de maneira magnífica, valorizar o nosso pronunciamento.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de concluir o nosso pronunciamento, fazendo a leitura do seguinte requerimento. (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, que a Assembléia Legislativa do Paraná, envie ofício ao Congresso Nacional, expressando seu veemente apelo para que sejam os autores das Emendas Constitucionais que institui o divórcio no País cientificados da grande necessidade da sua não discussão e votação por aquele Poder, enquanto não se fizer ampla consulta popular.

Sem entrar no mérito da Emenda Divorcista, considera-se que falta representatividade específica ao atual Parlamento Brasileiro para decidir uma questão dessa ordem, e que esta representatividade somente poderá ser alcançada com uma ampla campanha popular, estabelecendo-se um referendo sobre a questão.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1977.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

O povo está sendo usurpado em seu direito de decidir sobre a organização familiar, pois nenhuma consulta lhe foi feita a respeito e embora o programa da oposição registre a tese, trata-se de um programa aleatório, vencido no tempo sobre vários pontos que não sejam a democratização, a defesa dos interesses nacionais, a independência e harmonia dos poderes e a integração e autonomia dos municípios.

Nem a ARENA, nem o MDB realizaram qualquer campanha pública assentada sobre a organização familiar ou a ela referida explicitamente, em qualquer oportunidade. E assim não se justifica nem aceita que do aqodamento de um votação, se altere a Organização familiar brasileira, a qualquer título, mesmo que dentro do gradualismo pretendido.

Constitucionalmente e pela prática política dos povos, sempre que faltou representatividade explícita para questões dessa natureza foi a consulta popular do referendo, o remédio político."

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Consulto a Liderança

do MDB se deseja usar do tempo que lhe é reservado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Tem a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estou apresentando à Casa, um pedido de informações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Já é do conhecimento público, inclusive da opinião pública nacional, um caso polêmico e muito comentado: o caso PROBLEM que, há mais de 2 anos tramita no Tribunal de Contas do Estado.

Esse contrato firmado entre a PROBLEM e a Coordenadoria do Planejamento Estadual, teve, inicialmente, uma apreciação desfavorável no Tribunal de Contas, sendo considerado ilegal.

Atualmente, se encontra em fase de pesquisa, e com bastante morosidade a apreciação desse contrato.

Sr. Presidente, prefiro ler a justificativa do meu requerimento para ser mais objetivo: (Lê).

Nosso requerimento, Sr. Presidente, está vazado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer expressa manifestação do Plenário, para apreciar o seguinte Pedido de Informações ao colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

1 — A partir de que data é objeto de apreciação do TC, o contrato protocolado sob o número 8760/75-TC, firmado entre a PROBLEM — Projeto e Engenharia de Serviços com o Governo Estadual do Paraná?

2 — Em que fase processual se encontram referidos autos e se em carga a responsabilidade de quem?

3 — Considerando as disposições constitucionais do § 2º do art. 39 e o razoável prazo de mais de dois anos de tramitação, indaga-se de eventuais desrespeitos de prazos processuais e se podem ser apontados, especificados e em caso positivo, há de se considerar como um processamento normal?

4 — O Tribunal de Contas ou seus integrantes, tem sido objeto de pressões, pedidos ou injunções estranhas ao interesse público, para retardar ou acelerar o julgamento do Caso PROBLEM?

5 — Poderia este Poder, se cientificado adredemente, da data em que o Plenário, em apreciação final, julgará referido processado?

6 — Seria possível fornecer à Assembléia Legislativa cópia xerox, devidamente autenticadas, das peças que formam o protocolado sob o número 8760/75-TC?

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1977.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Não é a primeira vez que nos manifestamos, nesta Casa, sobre o presente assunto. Com efeito em data anterior já afirmávamos citando o Conselheiro Raul Viana: "A HONESTIDADE NÃO TEME A FISCALIZAÇÃO".

"Emerge do fundo da história, perde-se na poeira do tempo, a resistência à fiscalização. Não foi sem esforço às vezes sangrento, a macular com seus registros, a longa caminhada das crônicas políticas, que veio se instalando à presença do órgão fiscalizador. É da essência dos governos prepotentes, ou das autoridades desonestas, o medo e o temor, ao exame e controle da maneira como manuseiam os dinheiros públicos. Distanciam-se, cada vez mais, os governos ferreteados pela corrupção, da presença, incômoda e inoportuna, da inspeção verrumadora e honesta. Há quem já tenha dito que o peculato ainda é o melhor negócio. Essa por certo, a grande razão porque os TCs., tantos anos já passados, encontram a cada passo, barreiras e embargos à sua ação livre e desempeida que os períodos



áureos dos órgãos fiscalizadores coincidirem, sempre, com governos virtuosos e probus”.

Hoje voltamos ao assunto porque ele tem estreita vinculação com este Poder. Constitucionalmente o TC é órgão auxiliar deste Poder (art. 39, § 1º da Constituição Estadual e Capítulo VI, Seção VII da Constituição Federal), o que vale dizer, está encerrado pelo “exercício das suas atribuições de controle da administração financeira e orçamentária” sempre que “irregularidades e abusos por ele verificados” de “solicitar da Assembléia Legislativa”, em caso de contrato, medidas “necessárias ao resguardo dos objetivos legais”.

Não se pode, Sr. Presidente, ficar omissos este Poder, mormente agora em que se procuram novas posições do Legislativo, particularmente, ao aspecto da obrigatoriedade DE FISCALIZAR, digno é que se registre aqui, abalizados conceitos de ilustres membros desta Assembléia, em teses oferecidas no VII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS (Belo Horizonte, 19/12 abril de 1976).

“G) “Fiscalização sobre os atos gerais do governo: instrumentar essa sua atribuição constitucional, de comum acordo com o Executivo, sem o propósito de embargar os seus passos, mas no de dispor de elementos que permitam avaliar sua eficácia, a fim de que se fizerem necessárias” (O PODER LEGISLATIVO HOJE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES — Deputado LUIZ ROBERTO SOARES).

“Os princípios básicos da gestão pública, da observação permanente e obrigatória — expressos em lei, impostos pela moral administrativa e exigidos pelo interesse social — impõem a todo responsável por bens e valores públicos o dever de prestar contas ou de desnudar, aos controles instituídos, o âmago da sua administração”.

Deputado ACCIOLY NETO — O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA PELAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS. Para podermos concluir com, o Deputado GABRIEL SAMPAIO: CONTROLE ORÇAMENTÁRIO PELO LEGISLATIVO COM AUXÍLIO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS, quando afirma:

“Essa tarefa magnífica do Poder Legislativo precisa estar presente na mente e na vontade dos representantes do povo”.

Ora, o presente assunto, conhecido como “CASO PROBEN”, já é de conhecimento da opinião pública nacional, tendo em vista reportagens registradas pela Revista VEJA, bem como pelo acatamento inicial do Tribunal de Contas, do Parecer que considerou o contrato ilegal por ter dispensado a licitação das empresas que se apresentaram para organizar a Reforma Administrativa do Estado, e dando preferência à PROBEN, empresa que elaborou a defeituosa Lei número 6.636, a qual passou, incrivelmente por este Poder, sem receber qualquer manifestação, pelo decurso de prazo constitucional.

Se houve omissão do Legislativo em 74, ao deixar uma lei “totalmente ineficaz, contraditória e descabida” o mesmo não pode ocorrer agora. Não se diga que o requerimento visa interferir na esfera de competência privativa do TC. Em absoluto. Não se pode para acelerar nem retardar o julgamento. Não se busca pressionar, nem ingerir na matéria, para decidir favorável ou contrário, indaga-se, tão somente se o TC, está sendo vítima de pressões, pedidos ou injunções que possam prejudicar a apreciação imparcial por parte daquele colegiado, a fim de que se possam tomar medidas para assegurar as garantias necessárias. O que busca o requerimento é demonstrar à opinião pública de que os representantes do Povo, estão atentos e que não abrem mão da prerrogativa de exercerem a fiscalização necessária à moralidade administrativa.

Baseados pois, nesta moralidade, ou no dizer do eminente Professor MANOEL DE OLIVEIRA FRANCO SOBRINHO, em sua obra o CONTROLE DA MORALIDADE ADMINISTRA-

TIVA — Edição Saraiva 1974 — pag. 235,

“O problema de discernir razões não é de transcendência metafísica, mas simplesmente problema de alta política administrativa. De modo geral todos os organismos públicos integrados no corpo do Estado estão sujeitos à fiscalização financeira. Da mesma maneira, todos os organismos privados com a participação estatal hão de sujeitar-se aos mecanismos de controle quando legais” e cita FRANCISCO BILAC PINTO, nesta aterradora verdade que invade nossas instituições:

“A corrupção em numerosos e importantes setores governamentais do nosso país assumiu tal intensidade e extensão que, desgrazadamente, parece ter sido institucionalizada. A pertinácia com que a improbidade administrativa e exerce e apatia da opinião pública em face dela retirar toda a acústica às vezes isoladas que a denunciam e condenam. Por esse clima de relaxamento moral em que a corrupção próspera, os principais responsáveis são os governantes sem austeridade”.

Atentos pois todos estes detalhes e mais, da ineficácia da Lei 6.636, do elevado custo que representou o contrato com a PROBEN para os cofres públicos, Cr\$ 1.450.901,00 e principalmente do exíguo prazo constitucional de trinta dias (art. 41 § 9º da C.E.), para este Poder se manifestar na hipótese do TC, confirmar sua decisão, entendemos seja salutar esta tomada de posição, mesmo porque, na eventualidade de ser reformada a decisão do TC e determinado o arquivamento, ainda assim é possível a matéria ser objeto de Ação Popular (art. 4, III, da Lei 4.717, de 29 de junho de 1965) o que evidentemente, estaria a exigir uma posição desta Casa.”

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Pediria, inicialmente, embora o aparte seja breve, que V. Exa. me desse o nome da pessoa autora do pronunciamento lido por V. Exa., fez referência a uma dissertação feita por membro do Tribunal de Contas.

O SR. NILSO SGUAREZI — Citei, inicialmente, o Conselheiro

Raul Viana, numa consideração que ele faz na prestação de contas, se não me engano, do ano de 1974, pelo Governo do Estado do Paraná.

O Sr. Muggiati Filho — Apenas pedi o esclarecimento, porque tenho conhecimento de uma referência que fiz sobre o mesmo assunto por um outro conselheiro, muito oportuno, como oportuno é o pronunciamento que V. Exa. faz. Gostaria, apenas, no entanto, que os Anais da Casa não registrassem uma injustiça, de fato, contra o Poder Legislativo, de prestar um depoimento a V. Exa.

É o seguinte: realmente, este projeto, o projeto que se constitui, hoje, na Lei 6.636, da reforma administrativa do Estado, formalmente, ela foi aprovada por esta Casa por decurso de prazo. Mas, de fato, o corpo legislativo desta Casa, não tomou conhecimento deste projeto que não foi a Plenário. Ocorreu, encaminhamento à Assembléia Legislativa no ano eleitoral, no período que antecedeu às eleições, próximo às eleições, não se sabe realmente, este foi motivo, também, da indagação nesta Casa, qual o motivo pelo qual eu, posso afirmar a V. Exa., a matéria não foi a plenário, não veio a plenário, não foi discutida pelo plenário.

De modo que, é um caso que, formalmente, a lei foi aprovada por decurso de tempo. Mas, de fato, o Plenário desta Casa não chegou a discutir o projeto. Era uma informação que gostaria de prestar a V. Exa., já que V. Exa. está tratando, parece-me, que o assunto central seriam irregularidades existentes no Poder Público e prestar a V. Exa. este depoimento. Salvo engano de minha parte, acredito também que o projeto que criou a EMOPAR, teve o mesmo destino deste.

Era o que me cabia a V. Exa., agradecendo a oportunidade



desde aparte e, uma vez mais, acentuando a oportunidade com que V. Exa. desenvolve esta matéria da tribuna, que julgo de alta relevância para esta Casa.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de V. Exa.  
O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Presidência informa que o tempo está esgotado e concede mais um minuto para concluir a oração.

O SR. NILSO SGUAREZI — Quero esclarecer ao Deputado Muggiati Filho, que tive a preocupação, inclusive, na redação do meu requerimento, na justificativa, de citar: A PROBLEM, empresa que laborou a defeituosa Lei 6.636 a qual passou, incrivelmente, por este Poder, sem receber qualquer manifestação pelo decurso do prazo constitucional.

Eu sei perfeitamente de que foi no período, que praticamente existe aqui, o recesso branco, quando da época em que os Srs. Deputados estão empenhados na sua própria reeleição. Portanto, é esclarecedor o aparte de V. Exa. e daí a nossa preocupação, de que quando a matéria que trata da origem desta lei, vier para a Assembléia, não ocorra o que já ocorreu em fato anterior, quando a Assembléia apreciou um outro contrato julgado ilegal pelo Tribunal de Contas e ocorreu um fato lamentável. Porque quando o contrato chegou à Comissão de Constituição e Justiça, se não me engano ao eminente Deputado Luiz Roberto Soares, quando ao processo foi dado vistas à Comissão de Constituição e Justiça, já havia transcorrido o prazo constitucional dos trinta dias.

Por isso a minha preocupação em manter alerta a Casa deste contrato, que é um contrato de vulto. A Casa tem a apreciação política, poderá até extingui-lo se quiser, mas que não ocorra o que ocorreu no contrato anterior. Porque simplesmente dentro deste Poder se esgotou o prazo constitucional de trinta dias.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, apenas dois itens. Primeiro, com referência à possibilidade, salvo engano, disse o Deputado Muggiati Filho, de que não tivesse tramitado pelo plenário da Casa o anteprojeto de lei que criou a EMOPAR. O nobre Deputado Muggiati incorreu num equívoco. A matéria foi aprovada pelo Plenário, e o segundo esclarecimento, a anúncio de que a ARENA votará favorável ao seu requerimento, nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado, eminente Líder da ARENA. Por isso, Srs. Deputados, encareço a necessidade desta Casa se mostrar atenta a este episódio.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Mesa consulta a ARENA se deseja ocupar os quinze minutos que lhe são reservados.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Dispensado.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 140/76, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo, que declara de utilidade pública a "Ação Social São Pedro", com sede em Curitiba. Parecer favorável da CCJ., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — Em regime de Urgência. — **Aprovado, pelo Substitutivo Geral.**

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 140/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Deputado que este subscreve, após ouvido o Plenário e respeitadas as cominações e o que prescreve o Registro da Casa, propõe seja declarada de utilidade pública a "Ação Social São Pedro", com sede em Curitiba, localidade Umbará.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1976.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto prende-se à necessária atividade de uma entidade assistencial com a capacidade e honorabilidade desta que retro citamos, sempre com méritos a pessoas dedicadas que exercitam a sua missão com singular destaque a exemplo do Vigário da Paróquia, iniciador desta obra.

Para esclarecer e cumprir normas legais, anexamos o Estatuto da entidade em pauta.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na qualidade de relator do Projeto de Lei número 140/76, solicito que o mesmo seja convertido em diligência junto à entidade que se pretende declarar de utilidade pública, a fim de serem anexados ao processo, a seguinte documentação:

- I — Cópia dos Estatutos Sociais;
- II — Comprovação de que a entidade possui personalidade jurídica;
- III — Comprovação de que os membros da sua Diretoria não percebem a qualquer título remuneração, bonificação ou vantagens;
- IV — Que se acha prestando serviços por mais de um ano.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) GILBERTO CARVALHO — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer ao Projeto de Lei número 140/76

1. — Pretende o nobre Deputado Quielse Crisóstomo, com a presente proposição, declarar de utilidade pública a "Ação Social São Pedro", com sede no distrito de Umbará, desta Capital.

2. — Convertida em diligência a proposição, a requerimento do nobre Deputado Gilberto Carvalho, Relator anteriormente designado, a fim de que fossem cumpridas as exigências apontadas no requerimento aludido, está, agora, a mesma em condições de ser apreciada convenientemente.

3. — Pelo exame do estatuto social e demais documentos anexados, depreende-se que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública presta, realmente, altos e relevantes serviços, principalmente de cunho social, à comunidade; que seus membros não são remunerados a qualquer título; que o estatuto social pelo qual está regida a mesma entidade encontra-se registrado no cartório do 2º Ofício de Registro das Pessoas Jurídicas, desta comarca, sob o número 861, do Livro A-1, bem como está em funcionamento há mais de um (01) ano.

4. — Quantos aos aspectos constitucional e legal, não há reparos a fazer.

Quanto à sua oportunidade, convence-nos a justificativa apresentada pelo seu autor.

5. — Em face da circunstância de que o projeto de lei não está em consonância com o que determina o Regimento Interno, apresentamos em anexo o indispensável substitutivo geral para que se atenda, desta forma, a melhor forma e técnica legislativa.

Assim e pelas razões expendidas e, desde que atendido o substitutivo, somos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente  
MAURÍCIO FRUET — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao

Projeto de Lei número 140/76

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Ação Social São Pedro", com sede no distrito de Umbará, desta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de março de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MAURÍCIO FRUET — Realato

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arlindo Marongoni. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo lançamento do jornal "Hoje", que a partir do dia 01 do corrente vem sendo editado na cidade de Cascavel. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 31º aniversário de fundação da cidade de Uraí. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi e outros, constante do expediente, solicitando constituição de Comissão Especial, composta de cinco membros, para representar esta Casa na realização dos festejos do 30º aniversário de Maringá. — APROVADO.

Esta Presidência designa os cinco Srs. Deputados representantes de Maringá, para a referida Comissão (Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Antônio Facci, Jorge Sato e Gabriel Sampaio).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de determinar reparações no acostamento da estrada que liga esta Capital à cidade de Colombo. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputado Luiz Roberto Soares e Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados telex aos Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, manifestando o apoio e a solidariedade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, quanto à indicação do nome do Dr. Sílvio Romero Stadler de Souza para ocupar a vaga existente de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da SANEPAR, no sentido de que informe a esta Casa em que fase de execução encontra-se o contrato de fornecimento de água potável à sede do município de Iretama. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Secretário de Planejamento, no sentido de melhorias na Rodovia do Café, no trecho entre os km 413 e o local conhecido como "Santo Maneta". — Em discussão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Para discutir, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Fica adiada a discussão para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Tribunal de Contas do Estado, no sentido de esclarecimento acerca do contrato firmado entre a PROBEN e o Governo do Estadual. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ofício ao Congresso Nacional, expressando veemente apelo da Assembléia Legislativa do Paraná, no sentido de que os autores das emendas constitucionais que institui o divórcio no País, sejam cientificados da urgente necessidade da sua não discussão e votação, enquanto não se fizer ampla consulta popular.

O SR. ACCIOLY NETO (Pela ordem). — Sr. Presidente, requei-

ro à Mesa que este requerimento do eminente Deputado Edilson Alencar seja discutido e votado juntamente com o requerimento da lavra do Deputado Jurandir Messias, cuja discussão e votação foram transferidos para hoje, e que se encontra também sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Esta Presidência responde a questão de ordem e vai colocar juntamente com o requerimento do Deputado Jurandir Messias.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, e outros, lido da tribuna, solicitando seja formada uma Comissão Especial composta de sete membros, para realizar e coordenar, nesta Capital, o II Simpósio Nacional da Soja. — APROVADO.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados do MDB e da ARENA que indiquem os Deputados que comporão a referida Comissão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, indicando os nomes dos Srs. Deputados Werner Wanderer, Egon Pudell, Luiz Alberto de Oliveira, Lázaro Dumont, como titulares, Basílio Zanusso e Augusto Carneiro, como suplentes, para comporem a Comissão Especial. — Será encaminhado ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, indicando o nome dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino, Ernesto Dal'Oglio e Nilso Sguarezi, como titulares, e Deni Schwartz e Edilson Alencar, como suplentes, para comporem a Comissão Especial encarregada de realizar e coordenar o II Simpósio Nacional da Soja, a ser promovido por esta Assembléia Legislativa. — Será encaminhado ao Departamento Legislativo - Divisão de Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta por cinco membros desta Casa, largos subsídios, que venham sensibilizar os altos Poderes da República, Poder Executivo e Poder Legislativo, em prol da revogação das leis que hajam declarado desnecessariamente, de interesse da segurança nacional municípios do Paraná e de outros Estados da Federação. — APROVADO.

A Mesa solicita às Lideranças da ARENA e do MDB que façam a indicação dos Srs. Deputados que vão constituir a referida Comissão Especial.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo a todos os integrantes das bancadas do MDB e da ARENA do Paraná, com assento na Câmara e Senado Federal, no sentido de liderarem a campanha cívica em defesa da integridade da família brasileira, contra a instituição do divórcio no Brasil. — Em discussão.

O SR. ACCIOLY NETO — Para discutir, peço a palavra Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de entrar propriamente na discussão do requerimento, de autoria do eminente Deputado Jurandir Messias, desejo fazer algumas considerações prévias sobre um outro requerimento, este da lavra do Deputado Edilson Alencar.

Não desejo, obviamente, discuti-lo, mas apenas realizar uma ponderação a propósito do assunto que nesse segundo requerimento é tratado.

Pretende o ilustre Deputado Edilson Alencar que a Assem-

bléia envie ofício ao Congresso Nacional, expressando veemente apelo para que os autores das emendas constitucionais que instituem o divórcio no País, sejam cientificados da urgente necessidade da sua não discussão e votação, enquanto não se fizer ampla consulta popular.

Não é de ser posta à margem, no debate sobre o divórcio, que ora se realiza no Congresso Nacional, esta idéia do Deputado Edilson Alencar.

Dirijo apenas quanto a ela, no que respeita ao momento de realização de uma consulta popular acerca do divórcio.

Parece-me que no caso poderíamos adotar a mesma prática utilizada pela Itália, segundo a qual a consulta popular deve ocorrer após a manifestação formal do Parlamento, sobre o divórcio.

Lá, o que se fez foi discutir e votar a lei constitucional no Parlamento. E, posteriormente, essa decisão, que foi favorável à implantação do divórcio, foi submetida à consulta popular. Se dessa consulta resultasse o consentimento do povo italiano — como de fato se verificou — haveria a promulgação da reforma constitucional, como veio a ocorrer.

Poder-se-ia, então, adotar esse comportamento aqui no Brasil, em relação ao divórcio. Isto é, a Assembléia do Paraná, através de uma pequena modificação nesse requerimento do Deputado Edilson Alencar, faria sugestão aos autores das emendas constitucionais relativas à indissolubilidade do casamento, para que acrescentassem a elas dispositivo determinando o estabelecimento de um prazo — na ocorrência de aprovação — para que se efetue uma consulta à população brasileira, a fim de que cada qual possa, livremente, manifestar a sua opinião.

Se nós, brasileiros, ouvimos em plebiscito, nos manifestamos favoravelmente à decisão do Congresso Nacional, as Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados promulgarão e a emenda constitucional que incorporaria, à Carta Magna, em definitivo, a tese de dissolubilidade do casamento.

Por essa razão, com a devida vênia do nobre Deputado Edilson Alencar, é que me permito sugerir essa alteração em seu requerimento.

Mas, o objetivo de hoje diz respeito ao requerimento ontem apresentado pelo nobre Deputado Jurandir Messias. É sobre ele, com a devida aquiescência de V. Exa., que pretendo manifestar-me.

“Qualquer verdade, assim como todo mérito, tem a oposição dos contemporâneos” (VOLTAIRE)

1 — “Em alentado discurso que pronunciou ontem, o eminente Deputado Jurandir Messias, veio a profligar a dissolubilidade do casamento pelo divórcio.

Entretanto, malgrado respeito o seu ponto de vista, não são de molde a convencer os argumentos, as ponderações e as análises, que serviram que a vã tentativa de equilibrar a tese do nobre Parlamentar, segundo a qual:

“... o divórcio é o caos. É um crime de lesa-pátria a sua adoção no Brasil...”

porque:

“... a implantação do divórcio representará a queda dos valores morais, culturais e religiosos da Nação Brasileira, e permitirá, em seu lugar, o materialismo que embrutece e degrada os homens...”

Data vênia, é impossível concordar com essa exagerada conclusão que representa mera idiossincrasia do ínclito Deputado Jurandir Messias. Em outras palavras, o terrível libelo que formulou contra o divórcio tem como sustentação apenas a sua disposição particular de temperamento e constituição no enfoque do tema. O seu J'ACUSE ao divórcio não decorre de argumentos jurídicos razoáveis, nem de ponderações sociológicas indiscutíveis, como tampouco de análise que reflita com exatidão os objetivos da emenda constitucional à norma inscrita no § 1º do Art. 175, da Carta Magna, em face da realidade nacional.

Não deve, todavia, conquanto essa posição do Deputado Jurandir Messias, que tem a seu favor, pelo pronunciamento feito, o fato de haver prestado inestimável serviço à causa do debate sobre o divórcio. É que, como já disse alguém, “... o País tem de sair dessa postura a que se está perigosamente habituando — a de esperar que as coisas venham, que as coisas se façam, que as coisas aconteçam...”

Abre-se assim, nesta Assembléia Legislativa, a possibilidade do povo paranaense, através de seus representantes, debater amplamente a questão da dissolubilidade do casamento.

2. — Antes de mais nada, é imperioso que se realize um retrospecto histórico do divórcio, quando, então, será constatado que esse instituto é tão antigo quanto o casamento, com o qual tem caminhado ao longo da história da humanidade.

Já o Código de Hammurabi, que é o mais antigo texto legislativo (2.083 a.C.), previa o divórcio, admitindo-o tanto a pedido do marido quanto da mulher. Se o divórcio não tinha por fundamento a culpa da mulher, esta recebia o dote que havia levado e mais uma indenização. Se culpada a mulher por “cometer loucuras, desorganizou a casa e descuidou do marido”, nada podia reclamar, perdia o dote e até a liberdade porque passava à condição de escrava do marido.

De igual modo, no direito egípcio, como no chinês, no hebreu, o divórcio era conhecido embora neles prevalecesse mais o instituto do repúdio em favor do marido. É que ocorria entre os hebreus pela lei mosaica, o repúdio era considerado tão só ao marido, mas acabou com o tempo estendendo-se à mulher.

Os gregos também conheceram o divórcio, tanto por iniciativa do marido como da mulher e ainda por vontade de ambos. O recurso do divórcio, entre os gregos, chegou a tal exagero, que a legislação procurou opor um freio com a exigência da devolução do dote da mulher, em caso de dissolução do matrimônio.

Na Península Itálica, o divórcio foi anterior ao direito romano, pois já existia no tempo dos etruscos.

Plutarco atribui ao próprio Rômulo, fundador de Roma, lei reguladora do repúdio da mulher pelo marido. Se o repúdio fosse por um dos quatro motivos que enumerava, isto é, tentativa de envenenamento, utilização de chaves falsas, parto simulado e adultério, os bens ficariam com o marido; se outro fosse o fundamento do repúdio, à mulher caberia ficar com a metade dos bens e a outra metade seria consagrada à deusa Ceres. À mulher, então, era negado o direito de repudiar o marido.

Mais tarde, o direito romano clássico dispôs sobre o divórcio, numa legislação extremamente permissiva, a ponto de Sêneca escrever que certas mulheres ilustres não contavam sua idade pelo número de cônsules, mas sim pelo número de seus maridos...

A legislação posterior ao cristianismo, a partir do Concílio de Elvira e de Cartago, no século V, tornou mais difícil o divórcio e chegou a suprimi-lo onde prevaleceram a Igreja Católica e o direito canônico. Com a Reforma, dividiu-se a Igreja também na disciplina do divórcio, pois o protestantismo veio a admiti-lo.

O divórcio dependeu, então, para a sua existência, da adoção, pelos Estados, da religião católica ou da protestante. Daí, ter o mundo latino resistido à implantação do divórcio, enquanto os nórdicos, os saxões e os germânicos o adotavam, ainda que fizessem restrições quanto aos cônjuges católicos.

A sociedade contemporânea, no entanto, viu o divórcio ser adotado em quase todos os países, cada qual emprestando ao Instituto procedimento e motivo peculiares.

Uma observação nas nações civilizadas, com a ajuda de MARC ANCEL (*Le Divorce a L' étranger*), mostra-nos que, em regra, o divórcio é regulado, pelas suas causas, como sanção, remédio, constatação e como “divorce-faillit”, consoante o denominam os franceses.

No divórcio-sanção, a dissolução do matrimônio é imposta em virtude de culpa de um ou de ambos os cônjuges por adultério, abandono do lar, sevícia ou injúria grave, condenação por crime etc. Neste sistema, a legislação adota um elenco restrito de causas, limitando, assim, o arbítrio do juiz, que tem de verificar a existência de um desses motivos, ao mesmo tempo em que procura freiar os cônjuges desejosos do divórcio. É certo que os casais desavindos, embora inexistentes qualquer dessas causas, podem, em colusão, atribuir um a outro a prática de ação configuradora de um dos motivos previstos na lei.

O divórcio-remédio visa atender a situação do cônjuge que, portador de doença mental, fica sem nenhuma condição de cumprir seus deveres matrimoniais. Nesse caso, em que não se pode falar de divórcio-sanção porque o esposo doente não tem culpa da moléstia, o divórcio é tido como remédio para liberar o outro cônjuge do vínculo matrimonial, do qual não pode ficar prisioneiro.

No divórcio-constatação, ao juiz não cabe indagar e pesquisar a vida íntima do casal. Se os cônjuges estão de acordo, ou se não há contestação, ao juiz só resta decretar o divórcio, verificada a desarmonia do casal, sem procurar saber da existência ou não de motivos para a dissolução do vínculo.

Já no divórcio-falência, cumpre ao juiz verificar os motivos do insucesso do casamento, e se o fracasso existe ou não.

O divórcio por mútuo consentimento pode ser incluído na categoria de divórcio-constatação, porque basta ao juiz ter a manifestação da livre vontade dos cônjuges.

As legislações adotam um ou alguns desses tipos de divórcio, procurando atender aos interesses dos cônjuges e dos filhos.

Assim, na reforma da lei alemã de 1971, só o insucesso do casamento basta para o divórcio, desde que estejam os cônjuges separados há mais de três anos, ou de um ano se o divórcio é requerido pelo casal. No entanto, o juiz não pode decretar o divórcio se um dos cônjuges com ele não concorda, demonstrando que sua decretação criará uma gravação injusta de sua situação, de tal sorte que o casamento, embora fracassado, é preferível à sua dissolução.

Na Itália, a lei de 1970, além dos casos de condenação por certos crimes e a não consumação do casamento, prevê o divórcio após separação dos cônjuges por um prazo de cinco anos, ou de sete anos se houver oposição de um deles.

Na França, a lei 617, de 11 de julho de 1975, em vigor a partir de 01 de janeiro deste ano, prevê o divórcio por consentimento mútuo, por ruptura da vida comum e por culpa. No caso de consentimento mútuo, o divórcio só pode ser requerido seis meses depois do casamento.

O divórcio por ruptura da vida em comum só admitido depois de seis anos de separação ou no caso de um esposo estar, por igual prazo, com as faculdades mentais profundamente alteradas. Se o esposo demandado provar que o divórcio terá, para ele, tendo em vista a sua idade a duração do casamento, ou para os filhos, consequências morais ou materiais de excepcional dureza, o juiz indeferirá o pedido. Afinal, o divórcio por culpa poderá ser requerido por um esposo por fatos atribuídos ao outro, desde que esses fatos constituam uma violação grave ou reiterada de deveres do casamento e tornem intolerável a manutenção da vida em comum.

Na Holanda, Lei de 1971 introduziu profundas alterações no Código Civil na parte disciplinadora do divórcio que passou a ter como causa unicamente a desunião do casal.

Na Suécia, Lei de 1973 substituiu o elenco de causas de divórcio e a noção de culpa, pelo simples fato da manifestação de vontade dos cônjuges desavindos, sem indagações dos motivos que os levaram à ruptura do matrimônio.

Na Inglaterra, o Ato de Reforma do Divórcio, promulgado em 1969, modificou a legislação anterior e estabeleceu como

única causa para o divórcio o insucesso irremediável do casamento, fixando, no entanto, um prazo de prévia separação do casal por dois anos, se for consensual o pedido e por cinco anos, se a iniciativa é de um só dos cônjuges.

Nos Estados Unidos, a Legislação sobre o divórcio é estadual e, por isso, oferece algumas diferenças segundo o Estado a que pertença, embora a Lei Uniforme do Casamento e Divórcio, votada em 1971 pelo Congresso, já tenha sido aceita por mais de vinte Estados. Assim, Nova Iorque até 1967, só permitia divórcio em caso de adultério, o que levava à fraude os cônjuges desavindos, que simulavam a ocorrência do motivo ou fixavam domicílio, por alguns dias, na cidade do Reno, Estado de Nevada, Meca do divórcio americano. Depois de 1967, o Estado de Nova Iorque passou a admitir, como causa do divórcio, também a crueldade e tratamento desumano. Outros Estados prevêem como motivo para o divórcio a crueldade mental ou a simples incompatibilidade de gênios, como no Alaska, Kansas, Nevada e Novo México.

Vê-se, desse sumário histórico dois aspectos distintos: o primeiro, diz respeito à evolução do divórcio que passou a ser instituto destinado ao insucesso do casamento, superada a sua conceituação como repúdio ou como sanção conforme surgiu nos primórdios da civilização; e segundo, é esclarecedor no sentido de que, na grande maioria de nações contemporâneas, não se discute mais a admissão do divórcio, pois ele veio a ser, em todos os casos, o remédio excepcional para situações conjugais reconhecidamente intoleráveis.

3. — No Brasil, todavia, ano após ano, geração após geração, o divórcio vem sendo combatido por um emaranhado de argumentos teológicos, sociológicos e filosóficos, a propósito da sua incompatibilidade com a cultura brasileira, aí incluídos a nossa formação, o nosso caráter e o nosso temperamento. Durante todo tempo, a discussão sobre o instituto tem se mantido no preâmbulo das questões de princípios, e então nos perdemos em infundáveis polêmicas.

Até entre as religiões é acesa a controvérsia, inclusive na interpretação do texto do Novo Testamento, uns encontrando amparo em São Mateus para admissão do divórcio, outros, repelindo essa interpretação.

Não obstante essas discussões e a campanha sistemática e apaixonada contra o divórcio, esse instituto é largamente praticado em quase todo o mundo — de cerca de uma centena e meia de nações, hoje sete não o admitem: Brasil, Paraguai, Espanha, Irlanda, Andorra, Argentina e Chile. Constituem, deste modo, diminuta exceção os países em que prevalece a indissolubilidade do matrimônio. Estaremos, nós, os poucos países antidivorcistas, com a melhor solução, ou quase todo o mundo é que adotou a decisão mais acertada?

A abordagem do problema do divórcio no Brasil deve ser feita com a inversão do enfoque que tem sido até agora utilizado.

A indagação — por que o divórcio no Brasil? — deve ser antecedida de outra — Por que não o divórcio até hoje no Brasil? Seria a família brasileira diferente daquela de quase todos os povos, ou todo o casamento seria aqui tão bem sucedido, que dispensava a dissolução? Seriam tão diferentes as nossas condições sociais e econômicas, seríamos tão adiantados ou tão atrasados, que podemos evitar o divórcio?

No século passado e nas primeiras décadas deste, o Brasil recebia, nos campos filosóficos e religioso, poderosa influência de duas correntes — a Igreja Católica e o Positivismo. Embora conflitantes, e disputando a conquista de vastas áreas de opinião, uma da outra, ambas se conciliavam, no entanto, em raros pontos, um dos quais era o combate ao divórcio. Nesse particular, era convergente a ação da Igreja Católica e do Positivismo. Ao tempo do Império, a Igreja Católica era a oficial do Estado, e os dois, Igreja e Estado, estavam ligados. Como é dogma católico a indissolubilidade do casamento, o divórcio fica

ria, por isso, fora de questão.

Proclamada a República, é sabida a influência que o Positivismo exercia sobre as novas instituições, bem como a adesão que essa filosofia obtivera de juristas do final do século XIX e dos anos que se lhe seguiram. O Governo Provisório poderia ter decretado o divórcio, mas não o fez, como não o viriam a fazer mais tarde, na elaboração do Código Civil, o jurista Clóvis Beviláqua e o Congresso Nacional. É que em todos, Governo Provisório da República, Clóvis Beviláqua e Congresso Nacional, era enorme o prestígio e a força do Positivismo.

Essa razão de não ter sido instituído o divórcio no País. Não foi convicção resultante do estudo aprofundado das condições da sociedade brasileira ou de imperativos de ordem científica ou moral. A opinião que se emitia a propósito de divórcio era sempre preconceituosa - o autor partia de suas convicções filosóficas ou religiosas para, então, chegar ao problema da indissolubilidade do matrimônio. Assim, Rui Barbosa e Clóvis Beviláqua, dois de nossos maiores juristas, eram, no combate ao divórcio, prisioneiros do seu tempo e limitados, em seus vãos de criação científica, pela filosofia e religião que professavam.

Não havia razões de ordem local que desaconselhassem ou condenassem o divórcio no País. A família brasileira, com os seus problemas, dificuldades, virtudes, defeitos, males, era semelhante à família de qualquer nação civilizada. Se o divórcio existia na França, Estados Unidos, México, Uruguai, Inglaterra, Alemanha, Venezuela, e em quase todos os países, isso não importava em estabelecer diferença de condições sociais e morais do Brasil com o resto do mundo.

Tratava-se tão só de problema decorrente de contingência filosófica e religiosa, que influía em nações extremamente ligadas à religião católica ou ao positivismo, assim como a Argentina, a Itália, Colômbia, Espanha e a Irlanda católica.

Vê-se, pois, que, o então, o ponto de debate sobre o divórcio não estava na sociedade, no direito, mas na filosofia ou na teologia. Era-se contrário ou favorável ao divórcio segundo a posição que se assumia diante da Filosofia e da Religião.

Se a Inglaterra era divorcista, devia essa condição ao fato de ter sua própria Igreja nascida exatamente da questão provocada pelo novo casamento de Henrique VIII.

Nenhuma importância tem portanto, a inexistência de divórcio no País, quanto a aspectos culturais do problema. A ausência do divórcio em nossa estrutura jurídica nunca significou repulsa da opinião pública nacional, condenação pela consciência do País, despreço pela sua aplicação nos desajustes matrimoniais.

Ao contrário disso, sem embargo do frontal combate da Igreja Católica e do Positivismo, o divórcio obteve sempre nos congressos jurídicos o favor da opinião da maioria.

Isso, quanto à implantação do instituto do divórcio em nosso direito positivo. Quanto à existência do divórcio em nossos costumes, a "latere" da lei, mas tolerado pela sociedade, aceito sem nenhuma manifestação de indignação, é fato incontroverso, que ninguém pode desmentir ou ocultar.

Há muitos anos que a Nação verifica o crescente número de famílias constituídas por uniões de fato ao arrepio da lei, porque as pessoas não são casadas entre si, mas uma delas ou as duas têm laços matrimoniais com terceiros. A própria legislação brasileira veio sendo alterada aos poucos para atender a essa situação, e a figura do concubinato, que tinha tintas de amoralismo, de ilicitude e de execração, passou a ceder lugar ao "companheirismo", as expressões "marido e mulher".

Ora isso está levando a Nação a uma posição de hipocrisia, que é uma das formas mais lamentáveis de degradação de um povo simular uma situação moral, vestir-se de falsos pudores e falsos princípios, que não têm condições para confronto com a realidade.

Se os "casais" de companheiros são aceitos, normalmente, em todas as categorias da sociedade, porque não levar para o direito positivo o instituto do divórcio, este que já é largamente praticado contra a lei?

É evidente que há certos atos que, embora disseminada a sua prática, a lei não deve com eles acumplicar-se ou admití-los, porque a sua condenação significa um padrão de cultura do povo, representa um magistério do direito. É o que ocorre, por exemplo, com o aborto.

Todos sabem que ele é praticado no País, mas ninguém admite publicamente que dele se utilizou ou é capaz de se utilizar porque há, em nossa cultura, repugnância pelo ato, que, além de condenado pela lei, é repudiado pela alma do povo e porque é ofensivo do princípio máximo da inviolabilidade do direito à vida.

Não é esse, porém, o caso do divórcio.

Aqui a lei é frontalmente contestada pela sociedade, que não mais estabelece diferença entre a família constituída pelo casamento e aquela nascida de simples união.

A inexistência do divórcio na lei não se incorporou em nossos costumes de modo a tornar este País uma ilha no mundo, em que todos os casamentos teriam sucesso, não se dissolveriam e os cônjuges sem exceção, só teriam motivos para louvar e render graças a sua perfeita felicidade conjugal.

Se a indissolubilidade assim se tivesse encartado na vida nacional, então seria o caso de repensar repetidas vezes sobre a conveniência da adoção do divórcio. Mesmo porque, onde buscar razões para esse instituto, se ele fosse repudiado pela consciência nacional? Não é todavia, o que acontece no País.

O casamento já traz consigo o germe da dissolução, pela dificuldade de conciliar temperamentos, caracteres e hábitos tão diferentes entre os cônjuges. Demais, no curso do matrimônio, criam-se situações de incompatibilidade, às vezes invencíveis. Para aquela dificuldade inicial, há o costume existente em todos os povos de uma preliminar convivência, que antecede, em muito ou pouco tempo, o próprio casamento, e pela qual se possibilita o conhecimento recíproco dos nubentes ou, pelo menos, a remoção ou mudança de alguns hábitos. Às dificuldades próprias do casamento, junta-se a vocação poligâmica do homem, a provocar o seu afastamento do leito conjugal para aventuras que ferem o princípio da fidelidade entre os esposos.

Esses problemas, inerentes ao casamento, agravaram-se com a emancipação da mulher, verificada em quase todos os países neste final do Século XX. A mulher está hoje sujeita às mesmas sedução do homem, submetida a angústias provocadas pela procura de recursos para a subsistência, está também se afastando do lar pelo exercício de atividades de ordem econômica ou cultural. Em muitos casos, o lar deixou de ser a sede da família, para ser um simples lugar de encontro, onde às vezes se avistam os cônjuges e estes os próprios filhos.

Tudo isso ocorre para a instabilidade da família, agravado pela tolerância do divórcio de fato, para o qual, pela sua própria natureza de instituto "a latere" da lei, não há limites, não há condições, não há freios.

Ora, se essa situação está contribuindo para a falta de estabilidade da família, há de se reconhecer que a instituição do divórcio, ao revés de servir de estímulo para tal instabilidade, vai servir de paradeiro a abusos e, por isso, concorrer para a manutenção do vínculo conjugal.

É que o divórcio, que se apregoa para o País, não é limitado, incondicionado, sujeito só ao arbítrio dos cônjuges desavindos. Preve-se, para a sua concessão, entre outras condições que a lei deverá estabelecer, a prévia separação judicial por mais de três anos ou a separação de fato, devidamente comprovada em juízo, pelo prazo de cinco anos, se for anterior à data da emenda constitucional que é subscrita pelos Senadores Nelson Carneiro e Accioly Filho, o que é período, num e noutro



caso, suficiente para refrear alguns impulsivos ou levianos que pretendam transformar o casamento em experiência.

Certo é que a estabilidade da família constitui fundamento para a grandeza de uma nação. Sobre ela repousam a própria estabilidade emocional dos que a integram, parte da educação dos filhos, o aprimoramento dos costumes e a manutenção de um teor de moralidade compatível com a dignidade do ser humano.

Cumprir preservar essa estabilidade no interesse do País e do nosso povo, ao qual ela ajudará a dar felicidade. Essa felicidade do povo a essa grandeza da Nação são o objetivo e a preocupação dos legisladores. Não se está, no exercício de mandato, para truncar o destino de uma Nação, falsear a vocação de um povo, afrontar o anseio de grandes áreas de opinião pública.

O divórcio corresponde ao estágio de nossa civilização e com a situação de igualdade jurídica a que chegou a mulher brasileira, preparada para a competição econômica. Já estávamos há muito amadurecidos para ele, tanto que o praticamos largamente fora da disciplina jurídica. Adotando-o, só vamos acolher na realidade social, um fenômeno, que está a exigir os lineamentos da lei para ser subtraídos dos contornos indicados próprios dos costumes.

De resto, nem seria preciso atingir-se determinado estágio de civilização para a implantação do divórcio - este é praticado não só em países adiantados como nos atrasados, a sua história é a do próprio casamento, pois, remonta à mais longínqua antiguidade.

Já os juristas romanos não entendiam o divórcio senão como uma consequência da cessação da vontade efetiva e contínua de permanecerem os cônjuges unidos pelo matrimônio - divórcio vem de "divortium, divertere", isto é, separar-se, andar em caminhos diferentes.

Embora tivesse solenidades sacras e obedecesse a rituais de fundo religioso, o casamento mantinha-se com o simples caráter de encontro de duas vontades e nada mais era que um contrato. A Igreja Católica é que elevou o casamento à condição de sacramento, e, por isso, indissolúvel.

Todavia, decorridos tantos séculos, quantas nações não têm o divórcio e permanecem fiéis ao casamento como sacramento? Espanha, Irlanda, Andorra, Argentina, Brasil, Colômbia, Chile e Paraguai, são os países que ainda mantêm a indissolubilidade do casamento. Em uma centena e meia de nações, é muito reduzido assim o número daqueles que ainda não regulamentaram em lei o divórcio.

Os inconvenientes que se apontam com relação ao divórcio, atribuindo-se-lhe consequências que vão desde o rebaixamento da moralidade à instabilidade do casamento, à frouxidão dos laços familiares, à má formação dos filhos, ao surto de delinquência juvenil, são, na verdade, corolários da vida moderna e encontram sua causa na competição, na necessidade de afirmação do homem, na sociedade de consumo. O divórcio, ao revés de ser causa desses males, é, como eles, resultante desses desequilíbrios de uma sociedade em mudança. O divórcio não é instituto atual, mas muito antigo e, no entanto, o recrudescimento da delinquência juvenil é apontada como fato contemporâneo, bem como os demais inconvenientes que a ele são imputados só em nossos dias é que assumiram proporções impressionantes. Por que antes o divórcio não gerava esses males todos? É porque, evidentemente, não há entre eles relação de causa e efeito.

A estabilidade do casamento e, assim, da família, não está a depender da indissolubilidade do vínculo. Ela depende da própria estabilidade emocional e da educação dos cônjuges, que devem estar preparados para o casamento. É claro, que nos termos de nossa legislação projetada, não serão possíveis os exageros verificados em alguns Estados da nação norteamericana, nem o exemplo de artistas prolifera nas classes

afastadas da vida exótica que eles levam. O divórcio depende da lei que o regula e do padrão moral de vida que os cônjuges adotam. Se estes tendem para o amor livre, para a promiscuidade, para o excêntrico, não é o divórcio que os leva a isso, mas o seu próprio temperamento e caráter.

Diz-se que o casamento sobre ser um "ato" é um "estado", isto é, não é só o contrato instituidor da família, mas o estado de comunidade familiar que ele institui. Se no primeiro aspecto poderia ser solúvel, não o seria no segundo, porque a família é permanente, não se rescinde, e dessa permanência é que resulta a sua estabilidade em termos gerais.

Há no entanto, erro de apreciação do problema. A inexistência do divórcio só impede que o cônjuge contraia novas núpcias, embora não possa obstar que ele realize novas uniões assemelhadas ao casamento. O rompimento do casamento e a dissolução da família constituída pelo matrimônio antecedem o divórcio, são dele a causa. Ou a indissolubilidade só existe porque o cônjuge não casa novamente, embora o matrimônio esteja desfeito, os filhos divididos, os bens separados, os cônjuges desavindos?

Então, essa indissolubilidade é só de ordem religiosa, isto é, corresponde a um preceito, a um dogma religioso, mas não a um princípio jurídico, nem se concilia com o mundo fático.

Que vale manter íntegro um vínculo, se tudo quanto o cerca ou dele depende ou a ele correspondia não mais existe, soçobrou com a ruína do casamento? Por que manter intangível o laço de união entre dois seres, que já estão desunidos e às vezes se odeiam, e que nada mais têm em comum, nem ideais, nem afeição, nem bens, nem interesses, nem filhos, nem lar? A que título salvar a indissolubilidade, se esta passa a ser mera ficção e nada mais representa senão ruínas daquilo que foi um matrimônio? Da instituição da família não se pode mais falar, quando ela já se desfez e nada mais pode salvar ou ressuscitar.

O divórcio deve ser abordado no mundo dos fatos sociais, jurídicos, e nesse universo ele representa a solução, embora deficiente, que o homem encontrou para o insucesso do casamento.

A norma jurídica é editada para regular fatos de sua época, segundo a concepção e os valores predominantes no seu tempo. Se os fatos mudam, se a concepção e os valores são outros, a norma fica a reger o presente como um prolongamento do passado.

É o que ensina Soler ao escrever que "assim como na realidade sempre alterada e para ela o nascer e o morrer não dependem dos fatos".

É certo que a família constitui valor predominante ainda na sociedade contemporânea e o Estado a coloca sob sua proteção. No entanto, a família de hoje não tem a mesma composição antiga, nem com os próprios deveres e até as atribuições que o direito antigo lhe atribuía.

A família, na antiguidade, segundo ensina Fustel de Loulanges, é mais uma associação religiosa do que uma associação natural: "Aquilo que unia os membros da família antiga, era algo mais poderoso que o nascimento, o sentimento ou a força física, pois é na religião do fogo sagrado e dos antepassados que se encontra esse poder."

A força desses valores religiosos dificultava a desagregação familiar, porque nenhum castigo mais terrível para o homem primitivo que aquele de ficar sem a proteção de seus deuses. Não se tratava só da felicidade dos vivos, mas era a tranquilidade dos mortos que estava em jogo na estabilidade da família. "A religião não se manifestava nos templos, mas em casa; cada deus protegia apenas uma família e era deus apenas de uma casa" (Fustel). Não haveria laço de união mais resistente que esse para deter a dissolução da família.

A civilização foi, no entanto, aos poucos retirando esse



fundamento religioso da família, substituindo-o por sentimentos de afeição e necessidade de assistência mútua.

A revolução industrial do século passado ainda mais alterou a fisionomia da família, transferindo de marido e pai o centro econômico do lar para dividi-lo com a mulher e os filhos. Todos tinham de contribuir para o sustento do lar, mas não mais como na sociedade rural, em que se juntava num só monte a produção da família. Já desaparecera a solidariedade da época agrícola e pastoril, e mais longe ainda se encontrava a fase da família caçadora. Agora, cada um procurava o seu próprio sustento, buscava a própria sobrevivência e o que obtinha era para si próprio sem permitir a comunhão de outrora.

O lar, que não era mais o altar do deus da família, também perdera a condição de centro da sua segurança econômica.

Só lhe faltava ficarem tênues os laços de afeição, para que se destruísse de vez a solidariedade entre seus membros.

Para defender sua sobrevivência, a família procedeu como alguns animais, que em face do perigo ou para atravessar condições defíceis diminuem as dimensões de seu corpo, apegam-se para sobreviver.

Assim fez a família moderna.

Como negar que a família veio encolhendo aos poucos, à proporção em que as casas iam tendo sua área diminuída? É evidente que a família patriarcal dos velhos tempos não caberia mais nas residências modernas, sobretudo nos apartamentos. - Filhos, genros, noras, netos, irmãos e todos aqueles que compunham a antiga família ou a ela eram agregados, vivendo porisso, na comunidade do lar, não mais poderiam ser abrigados numa só casa. Só nas regiões rurais ainda se encontram remanescentes dessa época, assim mesmo porque o trabalho agrícola comporta a participação de grande número de pessoas. Poder-se-ia dizer que não foi a redução de área das casas a causadora da limitação da família, mas, ao reverso, o fato social é que condicionou a arquitetura, o que, no entanto, não desmente a constatação da mudança da família.

O professor de Harvard, SOROKIN, russo naturalizado americano, mostra que "como união de parentes, além do círculo limitado do marido e mulher e de pais e filhos, pode se dizer que a família não mais existe em nossos dias, especialmente se a compararmos com família medieval ou com aquela de um século atrás. Não só vem a família diminuindo cada vez mais em tamanho como também se torna instável. Essa atrofia é acompanhada de uma notável redução de quase todas as suas funções. No passado, era a família o primeiro agente educacional dos jovens. Há alguns séculos, era quase o único educador para a grande percentagem de geração mais nova. Nos nossos dias, suas funções educacionais se reduziram enormemente. As famílias sem filhos, não as desempenham evidentemente; nas famílias com filhos, são estes subtraídos à influência educacional do lar numa idade progressivamente mais e mais precoce, tomando-lhe lugar a ama, o jardim da infância, a escola elementar. Antigamente era a família o principal agente para a mitigação do isolamento. Hoje, as famílias são pequenas e seus membros logo se dispersam. Mesmo quando moram juntos, durante a maior parte do dia trabalham e vivem em lugares separados, e à noite novamente se dispersam em busca de diversões. O resultado é que o lar se transformou num simples "ponto noturno de estacionamento", nem mesmo para todas as noites e nem sempre para a noite inteira".

Num mundo assim em transformação, não podemos nos apegar a preconceitos, cumprindo-nos reconhecer que se a velha família, com a dimensão que possuía, não foi destruída pelo divórcio existente em quase todos os países, por que o seria a nova família com funções mais reduzidas? Se o tempo da família educadora, que abrigava e educava os filhos durante grande parte da sua vida, o divórcio não produziu maior mal, por que agora que esse período de educação é menor e a atividade mais restrita, poderá ocasionar os danos graves que se

apregoam?

WILL DURANT, na década de 1930, depois de afirmar, com algum pessimismo, que breve nenhum homem desceria o morro da vida de braço dado à mulher com a qual o subira, e um casamento sem divórcio seria tão raro como uma noiva virgem, perguntava se a comunhão compulsória dos cônjuges, inadequados à vida em comum, seria melhor para os filhos do que a alternância de estado dos filhos ora com um, ora com outro, em casas separadas.

A indissolubilidade não pode ser defendida sequer como meio de evitar a separação de casais, que, segundo os antdivorcistas, seriam levados à ruptura matrimonial pela sedução do divórcio. A isso responde com vantagem Gerfield Mays, ao escrever que a hipótese de que leis liberais sobre o divórcio provocariam efeito catastrófico sobre o matrimônio, implica na suposição de que as pessoas só vivem juntas quando são obrigadas, o que equivale reconhecer o fracasso do casamento como instituição social.

Aquilo que interessa para a educação dos filhos não é só o lar, a família. Jean Rostand a esse respeito tem palavras admiráveis - "os pais são indispensáveis e insubstituíveis. Mas, evidentemente, os pais unidos". É o que resultou da pesquisa do Dr. Lemaire - "os distúrbios da evolução afetiva dos filhos mais freqüentes são encontrados nos lares em que o ódio e o sofrimento mostram-se abertamente, mas onde, no entanto, os pais continuam a coabitar".

Alega-se, sem nenhum amparo em dados, estatísticos, que o divórcio só interessaria às classes ricas, porque somente ali as pessoas teriam recursos para enfrentar o processo judicial e a elas é que importaria casar-se novamente. As estatísticas num país como a França mostram exatamente o contrário. Segundo a Unesco, em 1965, houve na França 50 mil divórcios e separações de corpos, e 350 mil casamentos. Divorcia-se menos nas profissões liberais e classes superiores (17 por cento) que nas classes médias (20 por cento), empregados (21 por cento) e operários (24 por cento). Semelhantes números ocorrem nos Estados Unidos. Em 1970, as cifras não foram diferentes - empresários, (4 por cento) profissionais liberais (6 por cento); classes superiores, (5,8 por cento); classes médias, (7 por cento); empregados (9 por cento); operários (5 por cento); pessoal de serviço, (9 por cento).

Não se deseja cantar um hino de louvor ao divórcio nem elevá-lo à condição de instituto salvador. Não. Seria melhor para o homem se ele não precisasse existir, como a pena fosse dispensável e os remédios não fossem necessários. Não é ele, o divórcio, a causa dos males das famílias, e sim sua consequência.

4. Ao concluir, espero, ao menos, ter conseguido eliminar os preconceitos, herdados e mantidos até com relação ao vocabulário, que vêm fomentando resistências para compreender e aceitar a instituição do divórcio no Brasil.

Em caso contrário, vejo que VOLTAIRE tinha razão quando aludiu à oposição dos contemporâneos à qualquer verdade, e, porisso, continuaremos a ser a mesma hipócrita sociedade misoneísta".

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vejo como se possa votar favoravelmente ao requerimento do eminente Deputado Jurandir Messias, razão pela qual, manifesto desde já meu voto contrário. Ao mesmo tempo, reitero a sugestão já feita ao ilustre Deputado Edilson Alencar, no sentido de autorizar, se for do seu entendimento, aquela pequena alteração no seu requerimento, a fim de que, ao invés de se realizar, desde logo, uma consulta popular a propósito das emendas constitucionais sobre o divórcio, se permita que tal consulta seja realizada após uma decisão favorável, naturalmente, do Congresso Nacional.

Era só. - ("Com revisão do orador").

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). Encerrada a discus-

são do requerimento do Deputado Jurandir Messias. Em votação.

O SR. LÚCIO MACHADO — Peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Tem a palavra V. Exa., para encaminhar a votação.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de uma peça histórica erigida sobre o mais alto retrospecto de fundamentos jurídicos do passado, expressado desta tribuna pelo eminente Deputado e professor emérito de Direito Penal, Accioly Neto, seria quase escusado uma figura apagada no campo da cultura, um desconhecido quase que completo do fato palpitante que se discute hoje, neste País, vir a esta mesma tribuna para falar sobre o mesmo fato, para dizer sobre o mesmo assunto. Entretanto, para que fique esclarecido de que não sou indicado para defender ou para condenar, que a mim em nenhuma oportunidade foi pedido por quem quer que seja para que se propagasse contra ou a favor do divórcio. Eu não poderia deixar de expressar daqui não os fatos históricos, porque se quisermos verificar nos cinco primeiros livros do Velho Testamento, verificamos que Moisés já provou nestes cinco primeiros livros, com denominações diferentes, evidentemente, a existência do divórcio naquele tempo. Conseqüentemente o divórcio, a dissolução do casamento não pode ser revestida por puritanismo que se faz em nome de denominações religiosas e principalmente da Igreja Católica, haja visto que na Itália, um país de representação clerical do mundo, onde está assentado no Vaticano a Chefia natural da Igreja Católica Apostólica Romana, o divórcio foi aceito pelo seu povo.

A Inglaterra, a França, a Alemanha e porque não dizer os Estados Unidos da América, um dos países mais adiantados do mundo e ninguém pode contestar, deu exemplo ao mundo inteiro que a dissolução do casamento por vias legais é, acima de tudo uma necessidade social, para que haja menos filhos sem pais, para que haja menos delinquentes, para que haja menos separação de casais, tem ocupado constantemente profissionais, analistas da formação humana, com casais separados, embrutecidos pela dissolução violenta que não os deixa nem casados e nem solteiros. E estes profissionais têm histórias tristes para contar sobre os fatos de separação que ocorre neste País.

Os tribunais estão superlotados de pedidos de desquite e de dissoluções judiciais que promoveram separações de casais oficialmente. Entretanto, estes casais também separados conjugalmente por decisão judicial passaram a não ser casados e nem solteiros.

Não conheço, não pretendo conhecer o bojo do projeto de lei que tramita no Senado, com referência à criação jurídica da dissolução do casamento. Entretanto, tenho certeza que não tenho medo de errar, que o legislador antes de projetar este projeto de tanta responsabilidade para o País, ele projetou em seu subconsciente; ele madurou na sua consciência de bom cidadão e de legislador deste País. Ele revistiu este projeto de justificativas fundamentadas, no problema social que aí está.

A dissolução do casamento pelo divórcio foi e tem sido nos Estados Unidos, se não perdura a influência altamente destacada de mais de mil denominações religiosas. Todas de ordens cristãs.

E prova-se que o divórcio é o remédio para resolver o problema social das vidas conjugais separadas, desnorteadas. E recentemente, foi publicado, não me lembro porque órgão, o índice do divórcio ocorrido nos Estados Unidos, não correspondia a 10 por cento do índice de pedidos de desquites aforados no Brasil.

O desquite é a separação oficial é a separação jurídica, é a separação oficializada. Mas somente 20 por cento dos consortes separados deste País têm condições de desquitarse

por vias legais. Então separam-se ao roldão da tomada de posição, é mais filhos sem pais, é mais esposas sem maridos; é mais maridos sem mulher. Só o puritanismo é que poderia enfeiar um belíssimo discurso como foi o de ontem, do nobre Deputado Jurandir Messias, ao dizer que a instalação do divórcio no País, seria a caminhada violenta para o caos e o desequilíbrio social. Só o puritanismo, enfeitado na condição do sentimento menos prático e mais puritano, é que levaria a dizer que com o divórcio aconteceriam tantos fatos de hecatombe sociais como nele está escrito. Eu não posso, Sr. Presidente e não devo, Srs. Deputados, ser favorável ao requerimento do ilustre Deputado Jurandir Messias, e sinto-me bem à vontade para dizer que sou contra as insinuações existentes em seu belo discurso. Sinto-me à vontade porque sou casado legalmente e repito, sou chefe de uma das grandes proles, porque tenho 10 filhos. Que não pensem, que não insinuem que sou a favor ou sou contra a dissolução do casamento, por minha pretensão própria.

Verifico e julgo e percebo que o Estado, sempre preocupado em resolver os problemas sociais, dá uma demonstração com o projeto do divórcio, que quer resolver um dos problemas sociais mais angustiantes deste País, que é a não permissão de dissolução do casamento.

Há muitos que escondem a vontade, pelo medo de que alguém todo poderoso, quer da Igreja, quer do Estado, quer aqui ou acolá, o aponte como usurpador do direito ou como pregador de idéias que deveriam ser contestadas. É pior para o homem esconder a verdade; muito pior, do que dizer a verdade, expressa pelo seu sentimento, mesmo que ela o submeta a fatos inesperados.

Se fizerem um plebiscito, se ouvirem 5 milhões de brasileiros, neste País, sobre o divórcio, não é preciso que se ouça toda a população, 4 milhões pelo menos, serão favoráveis ao divórcio.

Mas, se perguntarem de frente à frente, a resposta será sempre negativa; é o medo da sociedade; é o medo da Igreja, é o medo da determinação social. Mas, a grande verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que está se colocando ou tentando colocar na pirâmide respeitável das leis deste País, uma lei de relevante importância porque ela, numa determinação social, oficial, vai fazer com que cessem as separações, e vai fazer com que os incompatíveis casais não produzam o que têm produzido, para este País: filhos nervosos, gerações desastrosas, delinquentes que aumentam constantemente o seu número, prejudicando a própria paz do Estado.

Voto, portanto contra o requerimento do nobre Deputado Jurandir Messias, como também devo dizer que não posso concordar que o Congresso Nacional não seja a representação popular. Ele, composto da Câmara dos Deputados e do Senado da República, representa 100 milhões de brasileiros. E, auscultar a população sobre o fato, realmente quando tramita o projeto, contraria frontalmente o conteúdo da própria democracia.

Data vênica, com o mais elevado respeito ao ilustre, altivo, inteligente e culto Deputado da minha bancada, Edilson de Alencar, votarei contra o seu requerimento, por entender que o Congresso Nacional, é a representação do povo brasileiro.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias. — Rejeitado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Mesa defere. (É feita a verificação de votação).

3 Srs. Deputados aprovam, 14 rejeitam. Não há quorum para votação, nem para prosseguimento da sessão.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Sr. Presidente, preliminarmente consulto se há matéria para a mesa?

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Existem mais três requerimentos.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, solicito de V. Exa. que, antes de encerrar a sessão, em homenagem aos Deputados que estão cumprindo com suas obrigações, proceda a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário — Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.

22 Srs. Deputados estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Responderam a chamada, 22 Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Tem havido evidentemente, um desencontro entre as anotações procedidas pela Mesa, oficial e que leva fé, e as anotações procedidas aqui em Plenário.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de encarecer de V. Exa. que determinasse à Secretaria que declinasse o nome dos Deputados presentes a esta sessão. Dos 22 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Defiro a questão de ordem levantada pelo Deputado Enéas Faria e o primeiro Secretário fará a leitura dos nomes dos Deputados que responderam a chamada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Srs. Deputados — Ernesto Gnoato, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Dácio Leonel, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Não há quorum para votação. Somente para o prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando voto de protesto formal contra o confisco do soja e o pronunciamento público do Poder Legislativo. Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As autoridades responsáveis pela instituição do confisco, não se preocuparam em esclarecer, dar uma satisfação ao produtor, dos motivos de sua instituição.

Não poderemos fazer a defesa deste confisco cambial. O nobre Deputado Nilso Sguarezi faz um requerimento de voto de protesto contra esta medida.

Eu talvez não diria um voto de protesto, mas sim de um pedido de esclarecimento do motivo deste confisco cambial. Na realidade, um alqueire de terra produz, quando corre tudo bem, 100 sacas de soja a preço de 200 cruzeiros; deduzidas as despesas, dá um rendimento de 10 mil cruzeiros. Um bom negócio, hoje. Quando não há contratempo. Mas para que isto

acontecesse, houve a necessidade do preparo dessa terra, muitos agricultores tombando as suas pastagens e partindo para um melhor negócio, assumindo compromissos vultosos na aquisição de tratores, máquinas colhedeiras. De uma hora para outra no entanto, surge o confisco, sem qualquer explicação.

Nós estamos vendo a preocupação com o preço do soja, mas, gostaríamos de ver a preocupação, com o preço do milho. Porque o preço do soja está bom, vem o confisco. Mas o milho, que tem o preço mínimo de 62 cruzeiros e 40 centavos, está sendo vendido, na lavoura, a 45 cruzeiros. Não se preocuparam em criar subsídios ao milho. Não sei qual será a preocupação no ano que vem, quando não tivermos produção de milho. Ninguém vai plantar milho, quando estamos vendo o que está acontecendo este ano, que não tem preço, e a preocupação maior ainda, do risco de vir um bom preço, e vir também o confisco cambial.

Por este motivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a experiência que tivemos com o café, com a queima do café, a erradicação, o incentivo para nova plantação, o confisco, resultado: hoje temos condições de preencher a nossa quota de exportação, e está aí o incentivo para que se plante mais. Isto deve acontecer no ano que vem, mas, na hora em que já não há mais milho. Assim, o soja.

O que deveria haver, isto sim, era o incentivo para que se continuasse, ou, que se desse um esclarecimento ao produtor sobre o que seria feito com este confisco, neste momento em que o preço é bom. O resultado, quanto a isto não há dúvida, é que o preço do soja, hoje, cobrando-se 12 por cento, é um bom negócio ainda, plantar soja.

Mas que se justificasse, porque pode acontecer no ano que vem, do preço vir a 100 ou 150, quando já não será um bom negócio, com o confisco de 12 por cento. É preciso que o agricultor tenha uma garantia, que o agricultor saiba o que vai fazer, na hora em que joga a semente à terra, que não seja apanhado assim, desprevenido, na hora da colheita.

Mais uma vez apelamos: gostaríamos de pedir um esclarecimento, mas, não poderemos fazer a defesa, nem votar contra o requerimento apresentado nesta Casa.

Era só, Sr. Presidente. — (“Sem revisão do orador”).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Continua em discussão o requerimento. — ENCERRADA A DISCUSSÃO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 140/76.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 14/77.

marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 6, às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números 54/75, 50/76 e 86/76.

Levanta-se a sessão.